



Anais da Assembléia

N.51

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 28 DE MAIO DE 1986

ANO XII

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.^a LEGISLATURA
ATA DA 41.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 28 DE MAIO DE 1986
QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pela Senhora Deputada Amélia Hruschka e pelo Senhor Deputado Erondy Silvério.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Aírton Cordeiro, Amélia Hruschka, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edilson Alencar, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (57). Achando-se em licença o Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - Procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM N.69/86

Curitiba, 23 de maio de 1986
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa

Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao município de Paraíso do Norte, partes das datas n. 1 e 2, da quadra 70, da planta geral da cidade do mesmo nome, com área total de 300,00 m² (trezentos metros quadrados), havidas pelo Estado do Paraná conforme Transcrição n.15.607, do Livro 3-M, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Paranavaí.

O plano de lei ora submetido a essa Augusta Casa de Leis consulta plenamente aos interesses da Administração e da Coletividade, eis que a área cuja autorização para doação é proposta, será conforme esclarecimentos prestados pelo Senhor Prefeito Municipal de Paraíso do Norte, utilizada na construção de prédio público.

Certo de que a medida ora proposta merecerá desta Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art.1.^o - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao município de Paraíso do Norte, partes das datas n. 1 e 2, da quadra 70, da planta geral da cidade de mesmo nome, com área total de 300,00m², transcritas sob o n.15.607, do Livro 3-M, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Paranavaí.

Art.2.^o - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N.70/86

Curitiba, 23 de maio de 1986

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos convênios n. 01/86-COMEC, 02/86-COMEC e 03/86-COMEC, datados de 26 fevereiro de 1986, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento, e os municípios de Araucária, Colombo e Piraquara, respectivamente, com a intervenção da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, objetivando a aplicação de recursos financeiros do Programa de Mobilização Energética-PME para a implantação de obras que beneficiem o sistema de transporte público de passageiros nas Municipalidades.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa, o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS
Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N.71/86

Curitiba, 23 de maio de 1986

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio SAREM/n.001/86, celebrado em 24 de abril de 1986 entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, objetivando a realização do Encontro Nacional de Órgãos Estaduais de Articulação com os Municípios.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa, o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS
Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

OFÍCIO:

Sob os n. DTL/92, 96, 97, 100, 102 e 103/86, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei n.277/85, 276/85, 221/85, 286/85, 31 e 65/86, os quais convertidos em Lei tomaram os n. 8.289, 8.288, 8.290, 8.295, 8.297 e 8.298, respectivamente. Anote-se - Arquite-se.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei n.92/86 que cria a SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL.

Sala das Sessões, em 28 maio de 1986.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

Curitiba, quarta, em 28.05.86.

fundado no que dispõe o Art.108, do Regimento Interno desta Casa, REQUER, a inclusão do Projeto de Lei n.114/86, que regulamentará a escolha de sede de Comarcas recém criados, na Ordem do Dia, posto que o referido projeto já se encontra em regime de urgência.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1986.

(a) NESTOR BAPTISTA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja concedido um voto de pesar pelo falecimento do Senhor FLÁVIO CAVALCANTI, apresentador de televisão, ocorrido na data de 26 de maio do corrente ano, vítima de parada cardíaca.

Sala das Sessões, em 28 de maio 1986.

(a) NESTOR BAPTISTA.

Líder do Governo e PMDB.

JUSTIFICATIVA:

O Jornalista Flávio Cavalcanti, ao longo de toda a sua profícua carreira, apesar de não ter sido compreendido por todos, soube de diversas maneiras dar um cunho de humanidade, e procurou estabelecer no íntimo de seus leitores e ouvintes, um senso de justiça, enaltecendo como os grandes o fazem, esta difícil carreira que tem a obrigação de trazer à tona sempre a verdade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER a consagração de um voto de pesar, pelo falecimento do Senhor Esmeraldino Maia de Almeida, no último dia 26 do corrente no município de Papanduva (SC). O extinto era casado em segundas núpcias com a Senhora Eva Grifin Almeida e deixa quatro filhos: Dino Almeida, Décio Almeida, Tereza Bronze de Almeida e Nalu Grifin de Almeida. Homem de personalidade forte e de expressiva liderança política, Esmeraldino Maia de Almeida foi o primeiro prefeito de Papanduva, onde deixou a marca de político realizador e atento aos problemas da comunidade. Foi presidente do Diretório Municipal do Partido Democrático Social de Papanduva e até os últimos dias de sua vida exerceu saudável influência nas decisões políticas do município ao qual dedicou toda uma existência. Dos quatro filhos que deixou, Esmeraldino Maia de Almeida sempre recebeu afeto e respeito e a dois deles, em especial, Dino e Décio, transferiu muito de sua formação exemplar de homem público. Jornalista, Dino Almeida e publicitário, Décio Almeida, vem aplicando ao longo dos

anos as qualidades herdadas do pai.

Do presente, requeiro se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1986.

(a) AIRTON CORDEIRO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a transcrição em ata da presente sessão legislativa, de um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido dia 25 do corrente, em Catanduvas - S.C, do Senhor ESMERALDINO MAIA ALMEIDA.

O extinto era casado e desse casamento nasceram dois filhos: Décio Almeida e o funcionário deste Poder Legislativo Dino Bronze de Almeida, deixa ainda, noras e netos.

Seu desaparecimento veio a consternar a população de Catanduvas, visto que Esmeraldino era por demais conhecido por todos.

Requer ainda, que da decisão desta Assembléia Legislativa seja dada ciência à família enlutada, na pessoa de seu filho Dino Almeida.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1986.

(a) FUAD NACLI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário licença de suas atribuições como Presidente da Comissão Executiva desta Casa, para tratar de interesses particulares.

REQUER, outrossim, que seja dada ciência do presente ao Excelentíssimo Senhor 1.º Vice-Presidente, para que, no impedimento do titular, passe a exercer as funções de Presidente dessa Assembléia, enquanto durar o afastamento.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1986.

(a) NILSO SGUAREZI.

REQUERIMENTO

SÚMULA:

REQUER voto de congratulações por ter completado um ano de divulgação da Coluna do Estudante, no "Jornal do Estado".

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER ouvido o douto Plenário, seja consignado nos Anais deste Poder Legislativo, voto de congratulações e regozijo a importante Coluna do Estudante, que no dia 21 próximo pretérito completou o seu primeiro aniversário.

Outrossim, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa à UPES -

Rua Roberto Barroso, n.22 - Centro Cívico.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1986.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, voto de congratulações à Associação Comercial e Industrial de Ponta Grossa pela homenagem prestada ao Grupo IBEMA, com o troféu Destaque Industrial 1986.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1986.

(a) EDGARD PIMENTEL.

JUSTIFICATIVA:

A excelente visão empresarial das famílias Gomes e Napoli, especialmente de seus diretores Rene Gomes Napoli, Italo Gomes Napoli, Ney Gomes Napoli, Renato Gomes Napoli, Alcides Sabedott e Darci Miara transformou regiões agrestes em prósperas comunidades como o Distrito de Ibema no Município de Catanduvas.

Nossas felicitações à feliz escolha por parte da ACIPG - Associação Comercial e Industrial de Ponta Grossa neste ano de 1986 elegendo a Indústria Brasileira de Madeiras S/A e suas vinculadas com o Título de Indústria do ano.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da presente sessão, votos de congratulações à jovem Gisele Tourinho Miró, pela recente conquista do Título Mundial Juvenil, realizado na cidade de Caserta, na Itália.

A conquista deste título, o primeiro a nível profissional, representa, sem nenhuma dúvida, o resultado de muito esforço desta jovem tenista, fruto de sua dedicação, inteligência e determinação, colocando-a atualmente, no "raking" na quarta posição na categoria juvenil mundial.

Aos dezessete anos, é bom que se diga, galga uma posição invejável, privilégio de pouquíssimas brasileiras que, se por um lado atinge um estágio elevadíssimo de amadurecimento esportivo, em outro aspecto representa ingavelmente, um futuro que lhe reservará novas emoções, conquistas ainda maiores.

Deste modo, Senhor Presidente e Senhores Deputados, não poderia deixar de transmitir a esta Casa a façanha da jovem Gisele Tourinho Miró, ao mesmo tempo que apresento minhas congratulações pelo seu êxito, aumentando ainda mais o respeito do tênis mundial que vem adquirindo.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1986.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado telex ao Excelentíssimo Senador Presidente da República José Sarney, ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda Dilson Funaro, ao Excelentíssimo Senador Ministro da Agricultura Iris Rezende, ao Excelentíssimo Ministro do Planejamento João Sayad, solicitando a imediata revogação das decisões do Conselho Monetário Nacional no que diz respeito a elevação dos juros do crédito rural e o pagamento parcelado das Aquisições do Governo Federal (AGFs).

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1986.

(a) SABINO CAMPOS.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de telex ao Secretário Executivo da Secretaria Especial de Abastecimento e Preço/SEAP, solicitando urgência nas medidas que visam normalizar o abastecimento do leite em todo o País com especial atenção ao Paraná, em apoio às justas reivindicações das Associações de Donas-de-Casa do Paraná.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1986.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

JUSTIFICATIVA:

O colapso no abastecimento de leite tipo C e em pó no mercado nacional tem atingido índices insuportáveis pela população, e a situação na Capital paranaense, região metropolitana e algumas cidades do interior do Estado não é diferente. Comprar um litro de leite hoje, significa horas de espera em filas gigantescas que culminam em revolta por não serem totalmente atendidas.

O consumidor brasileiro, que durante anos foi lesado no seu direito de comprar bem, pelas indústrias e pelo comércio, viu renascer suas esperanças com a implantação do pacote econômico, especificamente o congelamento dos preços. A retirada do mercado de produtos essenciais à mesa do trabalhador para forçar o governo a subir os preços, demonstra insensibilidade e anti-patriotismo de setores econômicos desinteressados no sucesso das novas medidas econômicas e na consolidação das mudanças democráticas.

Entendemos que o pequeno produtor de leite está marginalizado, marginalizado com toda a classe trabalhadora que viu seus salários serem achatados ao longo desses anos. Resultado ainda da inexistên-

cia de uma política agropecuária que valorize pequenos produtores. Cabe agora, ao Governo, buscar as soluções para setores vitais como é a agropecuária e a agricultura e no momento é de vital importância que o Governo Federal destine ao Paraná cota de leite importado, que a exemplo do Rio de Janeiro e São Paulo amenize a falta do produto no mercado paranaense.

Com cópias para:

JANDIRA DOMINGAS PONGÁN

DD. Presidente da Associação das Donas de Casa de Cascavel

Rua General Ozório, 967

CASCADEL - PR

ELZA FÁVARO BREHMER

DD. Presidente da Associação das Donas de Casa de Céu Azul

Rua Curitiba, 1200

CÉU AZUL - PR

ELISIA FERREIRA GALHARDO

DD. Presidente da Associação das Donas de Casa de Ubiratã

Rua Mato Grosso, 625

UBIRATÃ - PR

SILA SCHROEDER

DD. Presidente da Associação das Donas de Casa de Toledo

Rua Barão do Rio Branco, S/N

TOLEDO - PR

NOEMA PRESTES MATTAR PUPPI

DD. Presidente da Associação das Donas de Casa de Ponta Grossa

Av. Joaquim de Paula Xavier, 775 Jardim América

PONTA GROSSA - PR

LÚCIA CLEBIS MARTINS

DD. Presidente da Associação das Donas de Casa de Curitiba

Rua Cândido de Abreu, 433/42

CURITIBA - PR

CARMEN LÚCIA BECKER

Pça. Brasil, 147

DD. Presidente da Associação das Donas de Casa de Cornélio Procópio

CORNÉLIO PROCÓPIO - PR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de seu pronunciamento feito nesta data e devidamente apoiado, aos Ministros da Fazenda, do Planejamento e da Agricultura, assim como ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná e aos Secretários da Agricultura e das Finanças.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1986.

(a) GERNOTE KIRINUS.

JUSTIFICATIVA:

As dificuldades em que se encontram os triticultores, face à redução de financiamentos por parte do governo e à urgência de medidas que criem estabilidade no setor, impedindo surgimento de problemas nas áreas de interesse social e abastecimentos.

A adoção de medidas sugeridas no pronunciamento, assim como outras igualmente necessárias, são de fundamental importância ao programa de estabilização econômica, assim como para o ajuste do setor produtivo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à MESA, ouvido o Plenário, seja oficiado, conforme acima, com a seguinte explicativa:

Em 25/06/85, o Decreto Federal n.91.367/85, a vigir por um ano, reduzia o I.P.I. dos veículos novos à álcool para os taxistas.

Em 10/12/85, houve uma Lei Complementar de n.7.416/85 fazendo uma retificação na redação do aludido decreto/lei, que ao invés de REDUZIR passou a ISENTAR, com alíquota zero, o I.P.I. dos veículos novos à álcool para os taxistas.

O Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado das Finanças, por achar da mais justa medida, lançou Portaria, ISENTANDO de I.C.M. os veículos, nos casos acima citados, em apoio à medida do Governo Federal.

Ocorre que tomou por base, a data do Decreto inicial que foi em 25/06/85. Quando ao nosso ver deveria ser tomado por base a data da Lei Complementar de 10/12/85, publicada no Diário Oficial dia 11/12/1985.

Tendo em vista o exposto, solicitamos estudos no sentido de que seja tomado por base a data de 11/12/1985. E assim acontecendo os motoristas/taxistas ficariam, até o final do ano, isentos de I.P.I. e I.C.M. na aquisição de veículo à álcool, para essa finalidade.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1986.

(a) FERRARI JÚNIOR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à MESA, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Doutor Jesus Sarrão, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando estudos para a criação de uma Delegacia de Combate a Toxicomania em Maringá.

O número de viciados, na cidade, vem propiciando um quadro estatístico bastante progressivo e estarrecedor, o que sugere um combate austero ao alarmante tráfico de drogas verificado em Maringá e circunvizinhança, tendo em vista os irreparáveis danos causados à saúde e ao futuro da população, sobretudo os jovens.

Maringá destaca-se pela sua representatividade populacional e desenvolvimentista e já faz por merecer, com urgência, a extensão de tão significativo benefício.

Esta é uma justa reivindicação do Nobre Edil João Batista Sanches, que reputamos das mais justas e da maior importância, dando ressonância aos apelos da população.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1986.

(a) FERRARI JÚNIOR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente a sua Excelência o Sr. Secretário da Segurança do Estado, solicitando com urgência a designação de uma equipe de sua Pasta para uma blitz na cidade de Campo Mourão, a exemplo de Maringá, pois esta cidade ainda vive dias angustiosos na questão de segurança, esperando com essa medida amenizar o clima de insegurança que reina na cidade.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1986.

(a) Augusto Carneiro.

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se justifica pelo pedido da Associação Comercial e Industrial de Campo Mourão, conforme documento anexo.

Campo Mourão, 21 de maio de 1986.

ILMO. SR.

AUGUSTO DE OLIVEIRA CARNEIRO

DD. DEPUTADO ESTADUAL

CURITIBA - PARANÁ

Prezado Senhor,

Campo Mourão é uma cidade intranquila.

Nos pronunciamentos, fizemos passeatas, levantamos nossas carências e nada conseguimos.

Sentimos que nossas autoridades não nos ouvem e de nada vale nosso esforço.

Pelo mandato por nós auferido à Vossa Excelência, representantes de nossa região, temos a liberdade de intimá-los a brigarem por nós.

Necessitamos urgentemente de uma blitz na cidade aos moldes da recentemente encetada em Maringá. Não querendo contrabandistas, drogas, violência e roubo em nosso meio.

A arma que nos resta é a Vossa representatividade, e nossa única esperança.

Campo Mourão espera e antecipadamente agradece.

Atenciosamente

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL
DE CAMPO MOURÃO

Dilmar Daleffe
Presidente
REQUERIMENTO

Senhor Presidente

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida à Ilustríssima Senhora Diretora-Superintendente da Fundepar - Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, encarecendo a destinação de livros para a biblioteca existente na Escola Estadual Arthur Ramos - Ensino de 1.º Grau, localizada na Municipalidade de Engenheiro Beltrão.

A presente reivindicação fundamenta-se em manifestação apresentada pelo Ilustríssimo Senhor Leonardo Henrique Dias Souto. Na condição de Diretor daquele conceituado estabelecimento de ensino, afirma ser de vital importância e colaboração dessa FUNDEPAR e Secretaria da Educação para melhorar o ainda reduzido e incompleto acervo de livros, destinado a estimular a leitura e a pesquisa.

Por referir-se a uma justa solicitação, que aliás vem de encontro aos desejos da classe e do professorado da Escola Estadual Arthur Ramos, espera-se a tomada de providências capazes de permitir a concretização do que ora se pretende.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1986.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes objetivando a liberação de recursos de ordem financeira, bem como apoio técnico, para a pavimentação asfáltica dos acostamentos existentes na Perimetral Presidente Tancredo Neves, localizada na Municipalidade de Campo Mourão.

Construída com o propósito de desviar o tráfego de caminhões do centro da cidade, a Perimetral Tancredo Neves vem apresentando diversos problemas em que pese os benefícios que tem proporcionado. Trata-se

da falta de acostamento pavimentado, já que o existente é apenas coberto por uma camada de pedras, que ao invés de ajudar atalha, notadamente os condutores de bicicletas ou mesmo pedestres.

Portanto, é indispensável garantir a segurança não apenas e tão-somente dos que transitam na referida via, mas também os moradores da região, apreensivos ante a ausência de condições ideais para utilização da Perimetral Tancredo Neves.

Face ao exposto, baseado em reivindicação do Excelentíssimo Senhor Vereador Haroldo Gonçalves Neto, na Câmara de Campo Mourão, que esta Pasta, num prazo de tempo menor possível, determine as pretendidas melhorias, também acatando reclamações do comunicador da Rádio Difusora Comêia, Ilustríssimo Senhor Anísio Moraes.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1986.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça, no sentido da realização de estudos visando implantar um Distrito Judiciário em Sales de Oliveira, pertencente à Municipalidade de Campina da Lagoa.

Por infinitas razões, merecendo destaque a parcela de contribuição no processo desenvolvimentista do Município de Campina da Lagoa, através da agricultura, bem como devido a sua densidade populacional crescente nos últimos anos, a localidade de Sales de Oliveira, sem nenhuma dúvida, comporta, nos dias de hoje, a criação e instalação de um Distrito Judiciário, desejo manifestado há muito tempo, notadamente pelo Excelentíssimo Senhor José Felix, integrante do Poder Legislativo.

Deste modo, torna-se perfeitamente dispensável comentar a importância que trará para Sales de Oliveira a implantação de seu Distrito Judiciário, restando apenas e tão-somente apelar para esse tribunal a urgência nos estudos quanto da viabilidade na concretização deste objetivo.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1986.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social encarecendo a destinação de maior

cota de medicamentos para a municipalidade de Boa Esperança.

Baseado na preocupação do próprio responsável pelos postos de saúde, o Ilustríssimo Senhor Chefe Francisco Peixoto Sobrinho, tem se verificado o crescente número de pessoas que solicitam auxílio médico. No que respeita a parte de medicamentos, reside aí um grande entrave, uma vez não existir, em Boa Esperança, medicamentos suficientes, ante a inexpressiva cota.

Neste sentido, é de vital importância por fim a tal situação, determinando, por parte dessa Pasta, num menor espaço de tempo, a liberação de medicamentos que sejam capazes de, efetivamente, atender a demanda.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1986.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Presidente da TELEPAR - Telecomunicações do Paraná no sentido da autorização para implantar novos canais telefônicos no Distrito Administrativo de Ourilândia, pertencente a municipalidade de Barbosa Ferraz.

Através de inúmeros e insistentes pedidos, desta feita encaminhados pelo Ilustríssimo Senhor José Marques de Souza, o Distrito Administrativo de Ourilândia há muito tempo já comporta a implantação de novos canais de telefonia, sendo necessários imediatamente, conforme levantamentos, a instalação de pelo menos trinta.

Torna-se perfeitamente dispensável ter maiores comentários quanto à importância daquela localidade no contexto do município de Barbosa Ferraz, aguardando, deste modo, a concretização da presente proposta, que por certo representa mais um passo em termos de progresso social em Ourilândia.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1986.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes visando apoio na recuperação das estradas de leito natural existentes na municipalidade de Araruna.

Pelas suas dimensões territoriais, bem como a numerosa quantidade de estradas,

mas sobretudo devido a característica de seu solo, no município de Araruna são exigidos esforços redobrados para garantir que as vias apresentem sempre condições para tráfego. Dentro de tal realidade, a Prefeitura, conforme relata o Excelentíssimo Senhor Osvaldo Valarini, chefe do Executivo, para mantê-las em bom estado de conservação, é necessário o emprego de muitos recursos. Devido ao limitado orçamento, por vezes estas metas não são atingidas, trazendo, como consequência, vários transtornos para o escoamento das safras agrícolas.

Neste sentido, em se tratando de uma justa solicitação, que é também dos proprietários rurais, o presente requerimento tem por finalidade solicitar apoio para que o Poder Público Ararunense execute trabalhos relativos a recuperação e preservação do setor viário.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1986.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio-Ambiente encarecendo a liberação de recurso financeiro para a construção de esgoto na municipalidade de Sertãoópolis.

Os trabalhos relativos a implantação de rede de esgoto serão desenvolvidos principalmente nas Ruas Doutor Gervásio Morales até a Espírito Santo e da Rua Sergipe a Rua Minas Gerais, uma vez existir problemas seriíssimos nas referidas vias, como a possibilidade de manter a higiene, face a ausência de esgoto.

Ademais, vale afirmar que a Administração Municipal, chefiada pelo Excelentíssimo José Aparecido Rafaeli, vem há muito tempo gerenciando recursos que, efetivamente, sejam capazes de garantir as pretendidas e indispensáveis melhorias.

Pelos motivos expostos, considerando os reclamos feitos pela população diante do citado problema, espera-se, num menor prazo de tempo possível, a adoção de medidas que venham de encontro a esta justa solicitação.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1986.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida a Excelentíssima Senhora

Secretária de Estado da Educação no sentido da implantação de um gabinete dentário para prestar atendimento aos estudantes da Municipalidade de Moreira Sales.

Centrada numa região com predominância agrícola, responsável pela sua base de sustentação sócio-econômica, Moreira Sales devido a tais características, enfrenta, por outro lado, problemas de natureza social, apresentando um significativo contingente populacional de baixa-renda, em sua maioria os chamados bóias-frias.

No que respeita ao setor educacional é também possível, claramente, perceber os reflexos das dificuldades enfrentadas pelo estudantado oriundo de famílias de pouco poder aquisitivo.

Muito além dos problemas quanto à aquisição do material escolar, muitas vezes também da merenda e vestuário, os jovens não são assistidos em termos médicos de prevenção e tratamento, por não ter acesso a estes serviços.

Objetivando ao menos atenuar esta realidade, atendendo iniciativa da Ilustríssima Senhora Roseli Maria dos Santos, professora e funcionária da Inspeção Estadual, sobretudo profunda conhecedora dos problemas educacionais atinentes ao referido município, que essa Secretária de Estado da Educação estude a real possibilidade de auxiliar na implantação de um gabinete dentário, destinado a prestar serviços ao conjunto de alunos de Moreira Sales.

Fora de qualquer dúvida, trata-se de um justo anseio da população da referida cidade, e por certo receberá, por parte dessa Pasta, o esperado apoio.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1986.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário encaminhamento de solicitação oficial dirigida a Ilustríssima Senhora Diretora-Superintendente da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação objetivando a destinação de materiais esportivos para os estabelecimentos de ensino pertencentes a rede estadual existente na Municipalidade de Ubiratã.

Na qualidade de Presidente do Diretório Municipal do Partido do Movimento Democrático Brasileiro e na condição de Professor, o Excelentíssimo Senhor Vicente Pires, em manifestação que realizou na Câmara Municipal de Vereadores da qual também é integrante, tem colocado sua preocupação quanto a carência que se verifica no

Curitiba, quarta, em 28.05.86.

setor educacional, no que tange ao esporte. Nos dias de hoje, estudantes, em muitos casos, não desenvolvem a prática da Educação Física simplesmente por não contarem com materiais para as modalidades principais.

Seguramente, trata-se de uma justa reivindicação, que reflete uma preocupação de todo o referido segmento de ensino, e que por certo, num menor prazo de tempo, será resolvido o referido problema.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1986.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida a Ilustríssima Senhora Diretora-Superintendente da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, encarecendo o aumento das remessas de merenda escolar para a Municipalidade de Terra Boa.

Principalmente no que respeita aos estabelecimentos onde concentram o maior número de estudantes carentes, verifica-se, atualmente, uma série de dificuldades no sentido de assegurar a distribuição quantitativa e equânime de alimentos, uma vez que o número de remessas, assim como a quantidade contida nas mesmas, estão muito aquém das reais necessidades da clientela existente.

Portanto, consiste o presente requerimento num apelo a essa FUNDEPAR e a essa Pasta, visando determinar, urgentemente, o aumento, tanto no número como nas quantidades, atendendo, assim, manifestação do setor educacional, particularmente da Ilustríssima Senhora Inspectora Estadual de Ensino, Vera Lúcia da Silva.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1986.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, para destinação de uma viatura devidamente equipada para a Delegacia de Polícia localizada na Municipalidade de Janiópolis.

Os apelos do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Janiópolis, Neurides Valber Brero, não são feitos nos dias de hoje, mas sim preocupações que vem de há muito tempo, constituindo-se numa de suas metas prioritárias quando assumiu a chefia

daquele Poder Público, no sentido de dotar o organismo policial de condições compatíveis com o porte da cidade.

Entretanto, em todo o período que transcorreu, praticamente a realidade continua a mesma. As queixas da população são muitas, deixando-a cada vez mais intranquila, em que pese os esforços dos responsáveis pela delegacia local.

Urge fazer, no menor espaço de tempo possível, com que a polícia de Janiópolis tenha condições de atuar sem dificuldades, sendo necessário, para tanto, a destinação de uma viatura equipada.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1986.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Presidente da COHAPAR - Companhia de Habitação do Paraná, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do interior, visando avaliar as reais possibilidades de se construir casas populares na Municipalidade de Juranda.

Naturalmente que para beneficiar as camadas de pouco ou médio poder aquisitivo, a construção de casas populares em Juranda é algo que, há muito tempo, (inclusive por intermédio de outros pedidos em ocasiões anteriores) vem sendo solicitado, dado ao grande e inequívoco interesse sobrejamente manifestado pela população.

Conforme iniciativa do Excelentíssimo Senhor Vereador João Calixto de Oliveira Neto, é de vital importância que essa Companhia, em conjunto com a Secretaria do Interior, determinem estudos visando tornar realidade esta que é, sem dúvida alguma, uma legítima aspiração do povo jurandense.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1986.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida à Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, objetivando implantar um telefone na Inspetoria Estadual de Ensino, localizada na Municipalidade de Iretama.

Em inúmeros casos, o trabalho realizado pela Inspetoria Estadual não ocorre de modo ágil, ocasionando dificuldades, decorrentes da falta de um veículo de comunicação. Considerações neste sentido foram

feitas recentemente por Doracy dos Santos Bertoluzzi, Ilustríssima Senhora Inspetora naquela cidade, referindo-se a falta de um telefone.

Neste sentido, que essa Secretaria de Estado da Educação, uma vez que se trata de uma justa reivindicação, estude a real possibilidade de tornar realidade tal postulação.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1986.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, visando a designação de um profissional para prestar atendimento no posto de saúde existente em IV Centenário, pertencente a Municipalidade de Goioerê.

Numa manifestação conjunta, da Ilustríssima Senhora Diretora da Escola Estadual de IV Centenário - Ensino de 1.º Grau - Sílvia Prandini Moleiro, e do Excelentíssimo Senhor Antônio Bernardino Sena Neto, integrante do Poder Legislativo Goioerense, a designação de um médico para o posto de saúde naquele progressista Distrito Administrativo, é algo indispensável, visto que, nos dias de hoje, não contando com assistência, a população enfrenta inúmeros transtornos, notadamente as famílias mais carentes, os chamados bôias-frias, maior contingente de IV Centenário.

Deste modo, apelo que é feito através deste requerimento é no sentido de que essa Pasta, considerando a preocupação do citado Vereador e daquela Diretora, ponha fim a tal situação, determinando a contratação de um profissional para atender o posto de saúde.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1986.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, no intuito do aumento da cota de combustível para a Delegacia de Polícia localizada na Municipalidade de Fênix.

Conforme levantamento do titular daquela Delegacia, Ilustríssimo Senhor Damásio Quinteiro, o referido organismo vem enfrentando, atualmente, diversos proble-

mas, decorrentes da falta de uma melhor estrutura, capaz de permitir, efetivamente, condições reais de operação.

Dentre as dificuldades, uma das principais é a falta de combustível. A cota que é destinada não possibilita sequer atender satisfatoriamente a sede do Município, quanto mais as localidades circunvizinhas, tanto na captura de marginais como nos trabalhos de prevenção.

Fora de qualquer dúvida, urge a tomada de medidas, em caráter emergencial, cabendo a essa Pasta a adoção das mesmas, garantindo, assim, tranquilidade e segurança ao laborioso povo de Fênix.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1986.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente da COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO PARANÁ - CELEPAR, solicitando o encaminhamento aos Deputados do levantamento cadastral dos eleitores do Estado do Paraná, após a conclusão do recadastramento eleitoral que ora se realiza.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1986.

(a) IVAN GUBERT

JUSTIFICATIVA:

Não podemos ignorar a importância do trabalho de recadastramento eleitoral, mormente quando consideramos o ano eleitoral em que atravessamos. As informações ali contidas, serão de vital importância para os Senhores Deputados, no que concerne ao planejamento de campanha e atualização dos dados existentes.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Luiz Cordoni Junior, MD. Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, solicitando reformas no Posto de Saúde do Município de Fênix.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1986.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

O local atual onde funciona o Posto de Saúde de Fênix não oferece condições ideais de trabalhos, apresenta problemas de higiene e falta de espaço físico necessário à prestação de bom atendimento ao público.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Doutor Heinz Herwing, solicitando do mesmo providências no sentido do asfaltamento da estrada que liga os Municípios de Tapira e Santa Izabel do Ivaí, além da construção da ponte sobre o Rio Ivaí, no mesmo trecho.

Outrossim, solicita que da decisão deste Plenário, seja dada ciência aos senhores presidentes dos Diretórios Municipais do PMDB e aos Senhores Vereadores nas Câmaras Municipais de ambos os municípios.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1986.

(a) TADEU FRANÇA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura, Doutor Brasília de Araújo Neto, solicitando do mesmo providências junto à Cafe do Paraná no sentido da instalação de um posto daquela empresa de fomento agrícola no Município de Bom Sucesso.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1986.

(a) TADEU FRANÇA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, Doutor Jesus Sarrão, solicitando do mesmo providências no sentido de que seja fornecido documento de identificação aos Delegados "calças-curtas".

Outrossim, solicita que da decisão do Plenário seja dada ciência ao Senhor Presidente do Diretório Municipal do PMDB de Ivatuba.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1986.

(a) TADEU FRANÇA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Interior, Doutor Airton Reis, solicitando do mesmo providências junto à SANEPAR no sentido da expansão da rede de água até a Chácara Jardim Morada do Sol, no Município de Astorga.

Outrossim, solicita que da decisão do

Plenário seja dado ciência ao Senhor José Sanches, aos cuidados da Prefeitura Municipal de Astorga.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1986.

(a) TADEU FRANÇA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura Doutor Brasília de Araújo Neto, solicitando do mesmo providências junto à COPASA, no sentido da construção de uma unidade armazenadora no Município de Querência do Norte.

A medida se justifica em virtude da elevada produtividade dos agricultores da região, o que vem gerando um excedente que necessita ser armazenado de forma adequada.

Outrossim, solicita que da decisão deste Plenário, seja dado ciência ao Senhor Prefeito Municipal de Querência do Norte.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1986.

(a) TADEU FRANÇA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Doutor Heinz Herwing, solicitando do mesmo providências no sentido da pavimentação asfáltica da estrada que liga o Município de Tapira ao Distrito de Santa Felicidade.

Outrossim, solicita que da decisão deste plenário seja dado ciência ao Senhor Antônio Ambriani, Presidente do Diretório Municipal do PMDB, no Município de Tapira.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1986.

(a) TADEU FRANÇA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, Doutor João Elísio Ferraz de Campos, e ao Doutor Jesus Sarrão, MD. Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando estudos da implantação em Cascavel, de uma Delegacia de Menores, com atendimento abrangente à toda a Região Oeste de nosso Estado.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1986.

(a) GERNOTE KIRINUS

JUSTIFICATIVA:

Considerando-se que o Município de

Cascavel é o centro geo-político da Região Oeste de nosso Estado, e visto que esta região é detentora de um expressivo número de carentes em assistência especializada, e que além disso, a região não possui um espaço físico destinado ao trato de assuntos que merecem uma atenção mais metódica, e que a falta de assistência constitui-se em fator comprovadamente indutor de menores à marginalidade e, considerando-se também que a convivência de menores em cárceres comuns e a punição inadequada é altamente negativa para a formação moral e social, na reunião realizada no final do último mês de março, em Guaíra, na CACIOPAR - Coordenadoria das Associações Comerciais do Oeste do Paraná, reivindicou-se a implantação de uma Delegacia de Menores, em Cascavel, contendo Assistência Social, Juiz Específico e triagem adequada, o que possibilitará atendimento extensivo à toda região Oeste, hoje com grande indício de marginalidade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o envio de expediente ao Doutor José Reinaldo Tavares, digníssimo Ministro dos Transportes e ao Doutor Heinz Georg Herwing, mui digno Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que seja determinado a urgência do início das obras para a implantação da "Ferrovia da Produção". Reivindicação esta extraída da reunião em Guaíra, no último mês de março, junto à CACIOPAR - Coordenadoria das Associações Comerciais do Oeste do Paraná.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1986.

(a) GERNOTE KIRINUS

JUSTIFICATIVA:

O sistema ferroviário já conhecido como "Ferrovia da Produção", não é de maneira nenhuma luxo ou algo faraônico. A Região Sul, Sudoeste e Oeste do Paraná e Sul do Mato Grosso, apresentam uma demanda de transporte que comportam sem exagero esse projeto pujante. Para o ano de 1990 é estimado que essa região terá um fluxo de 8,6 milhões de toneladas, passando para 14,5 milhões em 2005, o que de imediato constatamos que as malhas rodoviárias dentro de pouco tempo se tornarão inviáveis para um volume tão grande de carga.

No campo comercial surgirão vantagens, que, transformarão nossos produtos, que hoje disputam com dificuldade o mercado Internacional, principalmente pelo alto custo operacional doméstico, em produtos baratos, tornando-se mais competitivo que os produtos americanos, abrindo desta forma o mercado japonês e da comunidade econômica européia.

Uma vez implantada a "Ferrovia da Produção", o Corredor do Paraná, abrangeria uma região que seria então atendida pelo Sistema de escoamento, formado pelo Rio Paraguai e Paraná, assim, interligando de maneira objetiva e simplista todos os sistemas de transportes da Região, facilitando o agricultor e o industrial a por os seus produtos, com preços mais baixos, em qualquer mercado nacional ou internacional.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Fernando Eugênio Ghignone, Digníssimo Secretário de Estado da Cultura e do Esporte, solicitando raias para competições de natação para a piscina do Guarani Esporte Clube de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1986.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

O Guarani Esporte Clube de Ponta Grossa, já há muitos anos, tem se dedicado à formação de atletas que, por várias vezes, representaram o Paraná com grande sucesso, em competições nacionais e internacionais, dando renome à natação paranaense.

Todas as competições oficiais da Federação Paranaense de Natação, através do departamento de esportes da SECE, realizadas em Ponta Grossa, têm lugar nas piscinas daquele Clube, as quais oferecem as melhores condições técnicas.

As raias, atualmente em uso, já estão desgastadas, não sendo mais apropriadas para as competições que lá se realizam, acarretando inclusive, o cancelamento de várias delas no início deste ano, prejudicando o desenvolvimento deste esporte, na região dos Campos Gerais.

Devido ao alto custo do material em questão, a aquisição pelo próprio Clube, num curto espaço de tempo, fica muito difícil, podendo inviabilizar as próximas competições programadas pela Secretaria da Cultura e do Esporte a serem realizadas em Ponta Grossa.

Face ao exposto, espera-se o imediato encaminhamento de medidas que possam resultar na concretização da presente solicitação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente a Suas Excelências, os Senhores Ministro da Fazenda Dilson Funaro e Minis-

Curitiba, quarta, em 28.05.86.

tro do Planejamento João Sayad, substanciado em veemente apelo no sentido de que a Caixa Econômica Federal mantenha-se como instituição consagrada como estabelecimento com atuação voltada no atendimento a todos os segmentos da sociedade, como até agora vem atuando, caracterizada como um verdadeiro "Banco Social".

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1986.

(a) GILBERTO CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

Tal apelo se faz tendo em vista os estudos que vem se processando junto aos setores econômicos do País visando se estabelecer uma reforma bancária que atenda as mudanças sócio-econômicas recém implantadas no Brasil.

A Caixa Econômica Federal, durante os longos anos de sua existência, tem se caracterizado como instituição financeira voltada exclusivamente para um programa social dos mais eficazes, consagrando-se perante a população brasileira e granjeando-lhe respeito e segurança. Essas são as características que não podem e não devem mudar para que não venha sofrer descrédito esta instituição tradicional e histórica dentro do setor econômico nacional.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, Doutor João Elísio Ferraz de Campos, solicitando a isenção do IPI - Impostos Sobre Produtos Industrializados e do ICM - Imposto Sobre Circulação de Mercadorias, às Prefeituras Municipais, quando na compra de seus maquinários e veículos, procurando com isso dar atendimento às reivindicações feitas no final do mês de março, em reunião na CACIOPAR - Coordenadoria das Associações Comerciais e Industriais do Oeste do Paraná, no município de Guaíra.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1986.

(a) GERNOTE KIRINUS

JUSTIFICATIVA:

Considerando que todo o maquinário e veículos de uma Prefeitura municipal são utilizados, na maioria das vezes, no interior dos municípios para abertura e conservação de estradas, no caso da isenção dos referidos impostos, as Prefeituras terão maiores condições financeiras para ampliar seus parques de máquinas, e com isso beneficiar diretamente a Agricultura e Pecuária de nosso Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Indústria e do Comércio, Doutor Fernando Miranda, solicitando a inclusão das empresas prestadoras de serviços junto ao PROMICRO, procurando assim dar atendimento à reivindicação apresentada pela CACIOPAR - Coordenação das Associações Comerciais do Oeste do Paraná, em reunião com demais Associações, realizada no mês de março último, no Município de Guaíra.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1986.

(a) GERNOTE KIRINUS

JUSTIFICATIVA:

Os pequenos municípios, e principalmente municípios recém instalados, tem no comércio e na indústria, uma importante base para o seu desenvolvimento e progresso.

Tendo em vista que estes três setores são beneficiados pelas atividades desenvolvidas pelas empresas prestadoras de serviços nos pequenos municípios, vimos solicitar que estas empresas, com sua importante e fundamental contribuição no desenvolvimento do setor comercial, sejam também incluídos no PROMICRO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente à LBA, solicitando as seguintes informações:

1 - Qual o cargo exercido pela Senhora ARLETE VILELA RICHA junto à LBA?

2 - Qual o horário de expediente da Senhora ARLETE VILELA RICHA na LBA?

3 - Quando em viagem, a Senhora ARLETE VILELA RICHA continua remunerada? Mesmo quando não é a serviço da LBA?

4 - Qual o vencimento percebido pela Senhora ARLETE VILELA RICHA?

5 - Fornecer fotocópia dos contra-cheques dos meses de janeiro, fevereiro, março e abril e maio da Senhora ARLETE VILELA RICHA.

6 - Anexar os pedidos, se existentes, de licença e/ou afastamento de função, caso exerça, solicitados pela Senhora ARLETE VILELA RICHA, bem como os contra-cheques do mês, quando tiver havido o afastamento e/ou licença.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1986.

(a) IVAN GUBERT.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N. 117/86
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art.1.^o- Fica concedido o TÍTULO HONORÁRIO DO PARANÁ ao DOUTOR JOSÉ SARNEY.

Art.2.^o- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1986.

(a) TERCIO ALBUQUERQUE.

JUSTIFICATIVA:

Reconhecidamente, José Sarney, é hoje a liderança maior de nosso País. Companheiro de Tancredo Neves na caminhada pelas mudanças e na eleição através do Colégio Eleitoral, chegou à Presidência da República num momento de profunda comoção nacional, em que foi posto à prova o sentimento de brasilidade do nosso povo.

Empossado, assumiu o Governo reafirmando, com energia e serenidade, todos os compromissos da Aliança Democrática. E essa tem sido sua postura à frente do Executivo Federal, contrariando os pessimistas e demonstrando invulgar capacidade e preparo para o exercício da Suprema Magistratura da Nação. É o que ficou plenamente evidenciado com o acelerado processo de redemocratização do País coroadado com a convocação da Assembléia Nacional Constituinte. Demonstram-no, ainda, as mudanças de comportamento e de moralização da vida pública; as reformas no plano econômico, peça essencial para a garantia do desenvolvimento e a solução das graves carências sociais que enfrentamos; a vitória na luta contra a inflação, com o sucesso e a imensa unidade nacional em torno do plano Cruzado. Como decorrência e corolário de tantos acertos, aí estão sua crescente popularidade e o respeito que lhe devota toda a sociedade.

Mas, a razão maior do sucesso, não temos dúvida, é o profundo compromisso e identidade com os sentimentos de nosso povo, revelados por José Sarney. Sua firme disposição de ir ao encontro do desejo de mudança e de transformação que tem mobilizado a gente brasileira. O sonho de construir um novo País, a Nova República.

Nossa intenção, ao apresentarmos o projeto de lei em questão, é demonstrar de forma sincera, embora singela, todo o reconhecimento que o Paraná como um todo, tem pelo Presidente. Mais do que isso, revelar a confiança que os paranaenses, a exemplo de todo o povo brasileiro, depositam na nação e no trabalho de José Sarney

para tornar realidade o novo país que haverá de surgir da mobilização transformadora em que todos nos empenhamos.

Estamos convencidos de que os nobres Pares não só se identificam com as afirmações, como, também, emprestarão seu apoio decidido à concretização dessa justa homenagem ao brasileiro ilustre e digno que é José Sarney.

PROJETO DE LEI N. 118/86
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art.1.^o- Fica declarado de Utilidade Pública o CENTRO BENEFICENTE DOS FERROVIÁRIOS-RFFSA, com sede e foro no Município de Ponta Grossa.

Art.2.^o- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1986.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora pretendemos declarar de Utilidade Pública, com sede e foro no Município de Ponta Grossa, está devidamente registrada no Cartório competente desde 15 de outubro de 1979, estando desde esta data em plena atividade.

O Centro Beneficente dos Ferroviários da RFFSA, é uma entidade sem fins lucrativos, que tem por objetivos: trabalhar pelo progresso moral, material e intelectual de seus associados, prestando-lhe assistência a título de "auxílio doença" e assistência odontológica em seus gabinetes dentários.

Portanto, submetemos o presente projeto de lei à apreciação dos nossos nobres Pares, solicitando a sua aprovação.

PROJETO DE LEI N. 119/86
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art.1.^o- Fica criado o Município de Diamante do Sul, com sede na localidade denominada de Diamante, com território desmembrado do Município de Guaraniaçu e divisas seguintes:

Começa na ponte sobre o rio Guarani, local onde cruza a Rodovia Federal BR-277, marco da divisa com o Município de Laranjeiras do Sul e Guaraniaçu, seguindo pela mesma rodovia rumo a Guaraniaçu, até a altura da cabeceira do Rio Feio, seguindo por este em toda sua extensão até o Rio Piquiri no qual desagua, subindo por este até sua nascente, e desta em linha seca até a ponte do Rio Guarani, ponto de partida.

Art.2.^o- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, quarta, em 28.05.86.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1986.

(aa) GILBERTO CARVALHO
LEÔNIDAS CHAVES

JUSTIFICATIVA:

A complementação de documentos, assim como justificativa, será feita na Comissão de Justiça.

PROJETO DE LEI N. 120/86
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art.1.^o- Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Pérola as datas de terreno urbano ns. 12-A e 13-A, da quadra n.15, situadas na cidade de mesmo nome com características e confrontações descritas na Transcrição n.6.878 LIVRO 3-H, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Xambrê.

Art.2.^o- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1986.

(a) NELSON VASCONCELLOS

JUSTIFICATIVA:

A 25 de outubro de 1974, através da Escritura Pública de Doação, lavrada às fls. 385/6, do livro-E-29, pelo Tabelião de Perola, a Prefeitura Municipal de Pérola, doou ao Estado do Paraná as datas de terras ns. 12-A e 13-A, da quadra n. 15, daquela cidade. Essa escritura foi registrada sob n. 6.878 do Livro 3-H do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Xambrê. Essa doação tinha a finalidade específica de receber edificação destinada a instalação da Agência de Rendas Estaduais.

Ocorre que o Estado não edificou nessas datas e o Município de Pérola doou as datas ns. 4 e 5 da quadra n. 23, para o mesmo fim, nas quais encontra-se edificada e em funcionamento a Agência de Rendas.

Diante desses fatos nada mais justo que o Estado devolva ao Município de Pérola as datas ns. 12-A e 13-A, da quadra n. 15, primitivamente doadas e das quais está necessitando para ceder à instalação de uma indústria que irá beneficiar a comunidade de Pérola.

Esses são os motivos do presente plano de lei que ora propomos à consideração dos nobres Pares com assento nesta Augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N.121/86
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art.1.^o- Fica criado o Município de IBEMA, com território desmembrado do Município de CATANDUVAS, com sede na localida-

de de mesmo nome, e com as seguintes divisas:

"Inicia-se na cabeceira do arroio Mato Queimado, desce por esse observando a divisa dos Municípios de CATANDUVAS e GUARANIÁÇU, até a barra dos rios ISOLINA e BELARMINO; desse ponto segue por uma linha seca, até encontrar a barra do arroio Guará com o Rio ADELAIDE; sobe por este rio até a sua cabeceira e daí segue pela divisa do imóvel Colônia Murilo até a Estrada Federal BR-277; desse ponto segue pela referida estrada no sentido da cidade de Cascavel até o seu cruzamento com a linha de divisa com o Município de GUARANIÁÇU; daí segue por essa divisa no sentido da cidade de Guaraniáçu até a cabeceira do arroio Mato Queimado, ponto de partida".

Art.2.º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1986.

(aa) NILSO SGUAREZI e EDGARD PIMENTEL

Apoio: Fuad Nacli, Irondi Pugliesi, Nelson Vasconcellos e Amélia Hruschka.

JUSTIFICATIVA:

O anseio dos moradores de IBEMA em ver o seu distrito elevado à condição de Município é claro e conhecido, demonstrado inclusive no Manifesto anexo do Prefeito Municipal de CATANDUVAS, município do qual é parte integrante na atualidade.

A emancipação pretendida irá se constituir em mola propulsora para o maior devolvimento de todos os setores da atividade daquela comuna, isto é, os setores sócio-econômico, político e cultural, que se ressentem de maiores condições para o seu pleno desenvolvimento.

Os recursos econômicos de que dispõe o Distrito de IBEMA serão potencializados com a criação do Município, dando-lhe condições de poder melhor decidir sobre o seu futuro, que ali já se vê estruturado como núcleo urbano capaz de descentralizar a vida municipal, e encaminhar os seus serviços de acordo com os interesses do nosso Estado.

Estas as razões que nos levam a apresentar o presente Projeto de Lei, que temos certeza, merecerá a aprovação desta Casa.

PROJETO DE LEI N. 122/86

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art.1.º- Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Arcebispo Dom Geraldo Magella Agnello.

Art.2.º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1986.

(a) ANTÔNIO BELINATI.

JUSTIFICATIVA:

Dom Geraldo Magella Agnello é o segundo Arcebispo Metropolitano da Arquidiocese de Londrina, sucedendo nas funções o falecido Arcebispo Dom Geraldo Fernandes Bijos, que morreu em São Paulo, em 29.3.1982.

Nasceu em 19.10.1933, em Juiz de Fora, MG. Terceiro dos oito filhos de Antônio Agnello e Sylvia Agnello. No dia 1.º de fevereiro de 1945, ingressou no Seminário Menor de Juiz de Fora, fazendo aí os três primeiros anos de ginásio. A 6 de fevereiro 1948, passou para o Seminário Menor Metropolitano da Arquidiocese de São Paulo. Foi ordenado Sacerdote no dia 29 de junho de 1957, na Catedral de São Paulo, por Dom Antônio Maria Alves de Siqueira. A 13 de maio de 1978, o Santo Padre, Papa Paulo VI nomeou-o Bispo Diocesano de Toledo, no Paraná, sendo ordenado Bispo por Sua Eminência, o Cardeal Arns, na Catedral de São Paulo, no dia 6 de agosto, tomando posse na Diocese de Toledo a 10 de dezembro do mesmo ano. Na data de 27 de outubro de 1982, o Santo Padre, o Papa João Paulo II, nomeou-o Arcebispo Metropolitano de Londrina. O lema de Dom Geraldo Magella Agnello é "Caridade com Fé". A Igreja que está em Londrina, através de sua Arquidiocese representa uma população de setecentos mil católicos espalhados numa área de quarenta municípios.

O Arcebispo conquistou muito depressa o respeito e a admiração de todos os fiéis pela maneira firme com que tem pregado a justiça social.

Trata-se de um dos mais atuantes arcebispos brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Com a palavra o Senhor Deputado Gernote Kirinus, inscrito.

O SR. GERNOTE KIRINUS - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Submeto ao Plenário, um requerimento em que manifesto o desejo de que após ouvido o Plenário, o pronunciamento que ora faço, seja encaminhado aos Ministros da Fazenda, do Planejamento e da Agricultura.

E desde já, Senhor Presidente, tendo em vista a exigüidade do tempo, peço que considere lido o pronunciamento que ora inicio. (Lê):

"Temos ouvido o clamor, sentido a angústia e participado da luta daqueles que trabalham a terra, contra o corte do financiamento de 100% prometido pelo governo aos tricultores, e posteriormente reduzido o nível de 40% - quando compromissos já haviam sido assumidos junto a fornece-

dores de sementes e adubos, o que levou o pânico e o desespero à classe produtora, e demonstrou a insensibilidade completa do Governo quanto ao valor real da agricultura no contexto da riqueza nacional, sua importância e seu papel social de relevo ímpar.

Em 22 do mês corrente, a gestão incansavelmente mantidas por entidades de classe e parlamentares, o Excelentíssimo Senhor Ministro Nilson Funaro, concordou em elevar o percentual para 60%. Ora, essa concessão revela inequivocamente que não se considerou "a priori" nenhum critério de avaliação ou fixação de montantes necessários, mas apenas se procedeu a uma aplicação por estimativas de disponibilidades, inteiramente empírica.

Face, porém, à angústia e aos danos causados pela medida, é necessário que se diga que não são empíricos os reclamos dos agricultores; não são empíricos os compromissos assumidos com prazo fixo de pagamento, contando com os 100% de recursos prometidos e sobretudo, não são empíricas as áreas produtivas tornadas ociosas, o plantio que não será feito - ou feito atrasado, com quebra de produtividade, e issodesnuda a dolorosa realidade de uma mutilação de nossos recursos mais preciosos, os recursos da terra...

Na mesma data de 22 deste mês, enviamos telex aos Excelentíssimos Senhores Ministros Dilson Funaro e Iris Rezende, respectivamente das Pastas da Fazenda e Agricultura, no qual pleiteamos a concessão de um mínimo de 80% sobre o VBC, o que permitiria sanar compromissos mais prementes e a manutenção do custeio.

Lamentavelmente, a nossa voz juntou-se à de milhares de outras, e não sentimos a receptividade que seria necessária, considerando a importância da triticultura para a economia não só do Paraná, mas do País inteiro que clama por mais produtividade, mais exportação, mais alimentos, mais apoio aos trabalhadores da terra!

Não podemos deixar de comparar o que acontece na triticultura, com as reivindicações operárias nas grandes áreas metropolitanas, nas quais os Sindicatos atuantes fazem ouvir sua voz, sensibilizam o Governo para seus problemas e necessidades mais prementes - enquanto o agricultor, isolado em seu labor diuturno, não dispondo de recurso da greve, por acumular funções patronal, de trabalho e de residente, se converte passivamente em regulador das disponibilidades de crédito governamental, como um peticionário de saldos em fim de fila... É seu, apenas o que sobra; o Governo se esquece de que o trato da terra é o pilar mestre da Nação e o lavrador, o artífice primeiro de sua grandeza. Permitimo-nos, por isso, salientar cinco pontos

Curitiba, quarta, em 28.05.86.

que consideramos fundamentais para uma análise do assunto:

1.º - A agricultura é o primeiro e principal gerador da riqueza e da estabilidade nacional. É por ela que os espaços vazios da Nação são ocupados, que se constroem cidades e pela união urbana e rural gera-se riqueza maior nas indústrias de transformação, no comércio, nos transportes. Adotar, portanto, uma política econômica de visão exclusivamente urbana e imediatista, é convite a um desastre certo e inevitável.

2.º - O recurso governamental de recorrer a importações sempre que há quebra de produtividade, gera inevitavelmente uma tendência a que tais problemas se tornem crônicos, além de exaurir recursos preciosos em divisas, tão necessárias aos nossos compromissos externos. Torna-se uma simples punição, curiosamente aplicada a quem não dispõe de crédito por recusa injusta.

3.º - A rentabilidade de recursos aplicados à lavoura e pecuária é aquela que responde mais prontamente ao investidor, pelo curto período de safra e criação: é a mais antiga das atividades humanas, a mais antiga e certa fonte de riquezas; e, malgrado más colheitas e insucessos, a propriedade da terra, a continuidade de sua exploração é garantia inquestionável: a fazenda, a pequena propriedade, permanecem, e o sucesso futuro compreenderá uma inadimplência temporária. O reconhecimento disso é o alicerce, o fundamento sobre o qual se apoiam as nações mais civilizadas, aquelas que adquirem a estabilidade nacional, e por ela, a grandeza.

4.º - Ao consideramos os cortes de financiamentos, o parcelamento no pagamento de AGFs - em grande parte já adiantadas aos agricultores pelas cooperativas - as elevações de juros procedidas à revelia de qualquer consulta, não podemos deixar de considerar que os recursos aplicados na terra são largamente multiplicados na industrialização de seus produtos, no transporte, no comércio, nas taxas de armazenamento, na farta geração de divisas que propiciam e por esse meio, os bancos recebem taxas e juros por transações que se multiplicam diversas vezes, e o Estado, tributos cujo montante se torna mínimo o risco da aplicação feita.

5.º - É igualmente insofismável que numa política financeira global, o combate à inflação supõe restrição à emissões reduzindo o meio circulante sem gerar recessão, sem reduzir - mantendo ao contrário, níveis de aumento aos meios de produção. Assim, eis que chegamos ao ponto crucial, à necessidade de gerar recursos, e trabalho, alimentos, divisas e dignidade humana.

Em 16 de abril de 1986, fizemos um pro-

nunciamento, cuja tônica foi "O PACOTE QUE TEM QUE DAR CERTO - TEM QUE SER ACERTADO". Nesse pronunciamento, analisamos as crises do feijão, do leite, da suinocultura, face ao "pacote econômico", e aos ajustamentos que se fazem necessários. Ora, os custos elevados, a margem maior de lucros concentrada em mãos dos intermediários, a necessária revisão de preços já defasados quando se procedeu ao congelamento em 27 de fevereiro de 1986, tornam necessária uma análise mais abrangente, uma maior profundidade na busca de soluções, uma auditoria de custos que se efetue diretamente nas empresas, na qual se busquem meios de compensar reajustes necessários com reduções e medidas de equilíbrio que anulem qualquer impacto inflacionário. Essas medidas são necessárias, pois, não se constrói estabilidade nacional forçando produtores à insolvência, descapitalizando, gerando desemprego e insegurança, mutilando enfim, setores vitais da economia e da Nação.

Ao engajarmos nossos esforços, incondicionalmente, à luta daqueles que trabalham a terra, conclamamos as Cooperativas, Sindicatos, Federações, parlamentares e prefeitos, para que não esmoreçam seus esforços até que sejam fixados parâmetros à política nacional, fixando preços justos e condições exequíveis à lavoura e pecuária, sem surpresas nem imprevistos de promessas inseguras, mas com o lençol seguro de uma planificação e de um compromisso social, cuja abrangência tenha o conteúdo de uma visão mais ampla, extensiva a pelo menos um quinquênio".

Muito obrigado, Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Como não fomos ouvidos, voltamos a insistir desta tribuna, Senhor Presidente, através deste pronunciamento.

Embora o tempo já esteja esgotado, peço, Senhor Presidente, que seja considerado como lido meu pronunciamento.

(Assume a Presidência, o Senhor Deputado Nilso Sguarezi).

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi)- Concedo a palavra ao Senhor Deputado Sabino Campos, inscrito.

O SR. SABINO CAMPOS - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"Hoje se realiza em todo o Paraná, o "DIA DO PROTESTO DOS AGRICULTORES". Cooperativas, máquinas agrícolas e produtores não estarão trabalhando em protesto contra as recentes decisões do Conselho Monetário Nacional que elevou os juros do crédito rural de 3% para 10% e adotou o parcelamento das aquisições do Governo Federal, em quatro vezes. É o grito, mais do que justo dos produtores rurais que sempre foram o carro-chefe da economia nacional,

mas que nunca receberam apoio à altura de suas contribuições e de seus sacrifícios.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Não é a primeira vez que ocupamos a tribuna desta Casa de Leis, para falar sobre as decisões do Conselho Monetário Nacional com relação à agropecuária. E agora, somos obrigados a retornar à crítica porque parece-nos que as autoridades federais estão insensíveis aos apelos de nossa agricultura, o que é um erro grave, pois, discriminar o meio rural é comprometer o desenvolvimento auto-sustentado do País e abastecimento regular do mercado interno.

Não podemos, de forma alguma, concordar com o aumento dos juros do crédito rural de 3 para 10%, e com o parcelamento das aquisições do Governo Federal. Estas decisões são incorretas e vão provocar um desestímulo muito grande no meio rural, isto porque os agricultores já possuem compromissos financeiros anteriormente assumidos, e que não poderão ser saldados com o pagamento do Governo em quatro parcelas. Além disso, com a situação atual de descapitalização dos produtores, será inevitável, também, o retorno da especulação tão combatida pelo Governo. Afinal, ficará muito fácil para os atravessadores comprarem a safra dos produtores à vista, mas a um preço inferior, para revendê-la mais tarde a preços superiores.

Quanto ao aumento dos juros do crédito agrícola é, no mínimo, contraditória a posição do Governo que tanto se esforça para conter os juros extorsivos em outros segmentos econômicos, e logo a agricultura que precisa de estímulo, concorda com a majoração dos juros de forma tão elevada.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, está claro para todos que os agricultores não querem comprometer o plano cruzado. "Muito pelo contrário! Em todos os momentos, em todas as manifestações do homem do campo é unânime o apoio ao Plano de Estabilização Econômica do Governo Federal, principalmente porque acabou com a correção monetária que corroía o lucro do produtor rural, levando-o a uma completa descapitalização.

Entretanto, a agricultura que tanto sofreu foi discriminada nos governos anteriores, esperava agora um tratamento diferente da Nova República, podendo assim, contribuir de forma decisiva na emancipação econômica do País. Mas, as decisões do Conselho Monetário Nacional foi uma ducha de água fria no ânimo dos produtores rurais, justamente no momento em que se inicia o plantio da safra de inverno. É um duro golpe que certamente trará reflexos negativos à produção nacional.

Portanto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, entendemos, concordamos e

apoiamos plenamente o protesto dos agricultores paranaenses, e fazemos um apelo para que o Governo Federal revogue as decisões do Conselho Monetário Nacional, mantendo os juros no patamar anterior e o pagamento dos AGFs à vista.

Nesse sentido, estamos encaminhando à Mesa, um requerimento no qual é solicitado à Assembléia Legislativa do Paraná que envie ainda hoje um telex ao Presidente José Sarney e aos Ministros da Área Econômica, hipotecando o apoio desta Casa às reivindicações dos agricultores e exigindo a revogação imediata das decisões do Conselho Monetário Nacional".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi)- concedo a palavra ao orador inscrito, Senhor Deputado Mário Pereira.

O SR. MÁRIO PEREIRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Conheci a Companhia Paranaense de Energia Elétrica, desde 1968, a COPEL. Conheci a COPEL como empreiteira, e como engenheiro recém-formado, trabalhando numa empresa de São Paulo, e fazíamos aqui, no Paraná, subestações. Aliás, vim para o Paraná, exatamente para dar prosseguimento a um programa de emergência no Governo Paulo Pimentel, na instalação de usinas físico-elétricas, no Oeste do Paraná, iguais as que existiam, aqui em Curitiba.

Durante muitos anos, atuei como engenheiro de empreiteiras, fazendo serviços à COPEL, e aprendi a admirar aquela empresa, admiração esta que continua por todos esses anos, sendo reforçada, agora, atuando como Deputado e tendo buscado, de certa forma, ajudar aos técnicos daquelas empresas, a resolver os problemas que enfrentávamos no início do programa de eletrificação rural do Paraná.

Neste contato, Senhor Presidente, Senhores Deputados, reforcei a imagem que sempre tive da COPEL. Esta, hoje, detém o maior acervo técnico-humano do Estado do Paraná. É uma empresa que nos orgulha pela sua competência e seriedade com que desenvolve os seus trabalhos, no nosso Estado, empresa que rapidamente, antes da maioria de todas as concessionárias de energia elétrica do Brasil, adquiriu o "Know-how" próprio na execução de usinas hidrelétricas, conseguindo competir com a ELETROSUL do nosso Estado, porque, diferentemente de CELESC e CEE- CELESC em Santa Catarina e CEE no Rio Grande do Sul, demonstrou capacidade para ela própria executar as suas hidrelétricas, primeiro como contratada da ELETROSUL na Usina de Salto Osório, e depois em Foz do Areia, com ela mesma, construindo.

A Usina de Salto Segredo, Senhor Pre-

Curitiba, quarta, em 28.05.86.

sidente, Senhores Deputados, está com seu início paralisado por questões judiciais. A COPEL promoveu concorrência e a firma classificada em quarto lugar, foi a empresa C.R. Almeida, empresa que aliás, faço questão de frisar, orgulha a todos nós paranaenses por ser uma grande empreiteira do Paraná - tendo perdido a concorrência por critérios técnicos próprios da COPEL, empresa, como disse na introdução, que aprendi a admirar, entrou com recurso na Justiça, e nós estamos aí a assistir o adiamento do início das obras por esta pendência judicial.

Em função disso, Senhor Presidente, elaboramos um documento que tencionávamos ler na tribuna, e que requeremos que seja dado como lido, em função da exiguidade de tempo, onde revelamos a lisura com que a COPEL encaminhou o processo licitatório. E demonstramos aqui, que não se trata de gratuitas preferências por essa ou aquela empresa, tanto é que a empresa paranaense C.R Almeida, neste Governo, conseguiu inúmeras obras, das quais fizemos um rol e anexamos em nosso pronunciamento. Portanto, Senhor Presidente, requeiro que seja considerado como lido e transcrito nos Anais da Casa esse nosso pronunciamento.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Edgard Pimentel)- Assim será feito.

Com a palavra o Senhor Deputado Edilson Alencar.

O SR. EDILSON ALENCAR - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"Alguém costumava explicar - um escritor famoso, talvez, que "uma boa história se constrói começando por escrevê-la com uma letra maiúscula. Termina-se com ponto final". Mas, lembrava com grande ênfase - "o miolo da história, nele é preciso por muito talento".

Recorremos à imagem para iniciarmos uma curta, objetiva, linear história de paranismo que, fazemos questão, seja registrada nos Anais desta Casa, para que sirva de advertência aos que conosco partilham deste momento vital da vida paranaense, servindo de referência à História, com H maiúsculo, a História do Paraná contemporâneo.

E hoje, nesta tribuna, estamos, pois, colocando o peso e a autoridade de nosso "munus" parlamentar, em defesa de uma instituição ímpar na História do Paraná, a Companhia Paranaense de Energia Elétrica-COPEL, cuja recente decisão na concorrência para as obras preliminares de desvio do rio, com vistas à construção da Usina de Segredo, tem gerado controvérsias. E não apenas controvérsias: levantam-se, pe-

la primeira vez, suspeitas sobre a lisura, a probidade, a competência técnica de quadros acima de quaisquer suspeitas, formados por homens que hoje são citados como modelares em suas funções, em plano nacional.

E sabem os Senhores o porquê de toda essa controvérsia? Simplesmente, porque um dos quatro consórcios que participaram da concorrência - cujo valor é de 30 milhões de dólares, aproximadamente, depois de haver se submetido a todas as exigências do edital de licitação, de ter aceito todas as regras de um jogo absolutamente à prova de contestações, resolveu - solitariamente - lançar todo o tipo de dúvidas sobre a judiciosa decisão dessa empresa cuja existência se confunde com as marcas deste Paraná, nos seus últimos trinta anos, e cujos pilares para tanta respeitabilidade e competência foram delineados e cimentados pelo paradigma de professor e de estadista que foi o saudoso ex-Governador Parigot de Souza.

Ora, o momento é de paranismo. Será sempre de paranismo, no que este adjetivo possa significar, na delimitação dos exatos contornos dos nossos reais interesses. Interesses como aqueles expressos nos termos da concorrência das obras iniciais da Usina de Segredo; concorrência que determinou a participação de, pelo menos, 30% de capital paranaense entre as empresas consorciadas.

O "jus sperneandi" poderá, a qualquer tempo, ser utilizado pelos especialistas em argumentação e tergiversações. Por todos aqueles que, em lugar do bom senso e do exame judicioso de todos os passos dados em torno dessa concorrência, querem fazer de uma derrota técnica, um cavalo de batalha judicial. Aliás, este será sempre um caminho fácil - máxime no Brasil -, para estabelecer a dúvida, disseminar suspeitas infundadas.

Os especialistas em impugnações de concorrências públicas em que seus interesses pessoais foram contrariados, estão de novo a postos no caso da Usina de Segredo. Entendem ser o caminho uma opção, substituindo até a prioridade do perfil técnico pelo aparato jurídico capaz de criar prejuízos incalculáveis a todo um Estado. Como prejuízos incomensuráveis está causando ao Paraná o consórcio que, classificado em quarto lugar, faz ecoar protestos inconcebíveis, procurando criar uma certa atmosfera de vítima, assunto para o capítulo da vitimologia, que é objeto de estudos do Direito.

Mas, a realidade é bem outra: tendo aceito, na plenitude, as regras estabelecidas pelo edital de concorrência da COPEL o consórcio classificado em quarto lugar recorre agora ao expediente do paranis-

mo, em defesa de seus interesses grupais, esquecendo - e disto tem plena consciência - de que os verdadeiros interesses paranistas é que começam a se deteriorar. Pois, impossibilitado de iniciar a obra de desvio do rio para a construção de Segredo, enquanto a desnecessária pendência levantada fica "sub-judice", o Paraná perde.

O atraso da obra, finalmente conseguido pelo grupo dito paranista, significa, objetivamente, que a economia paranaense é lançada por todos os lados. De início, a olho nu, já o cerceamento da abertura de, pelo menos, mil empregos diretos, que aqui seriam contratados, mão-de-obra paranaense, operários e técnicos que aqui seriam recrutados pelo consórcio vencedor. Isto sem nominar que a paralisação imposta determina - igualmente numa avaliação por baixo - a também impossibilidade de abertura de 2.700 empregos indiretos que a obra propiciará.

São números, realidades transferidas para números, apenas no plano e na dimensão do social, pois, esta realidade - a do social -, tem para nós um sentido de capital importado. E na medida em que se impossibilita o acesso ao trabalho dessa legião de operários e técnicos, com certeza não se está praticando nenhum exemplo de paranismo. Muito pelo contrário!

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Ora, ocioso seria lembrar todo o invólucro de substancial valia para a economia do Estado, implícito na obra cujo início é agora interrompido sob a alegação de paranismo.

Mas, nós nos perguntamos - e perguntamos a esta Casa: Não têm, porventura, todas as razões para se sentirem extremamente prejudicados, as outras empreiteiras paranaenses, aquelas que fazem parte do consórcio vencedor da obra inicial de Segredo? Pois elas, tal como o consórcio apontado em último lugar na classificação técnica da Copel - comprometeram-se exatamente a cumprir um real propósito paranista: gerar empregos no Paraná, comprar materiais e equipamentos no Paraná, sem mencionar, obviamente, os incontráveis dividendos de tributos que aqui ficarão?

Caberia ainda indagar, por questão de justiça, Senhor Presidente e Senhores Deputados, em face desta visível intenção de polemizar e colocar sob suspeitas a administração estadual: as obras conquistadas no Maranhão, Pará, Rondônia, Goiás, Mato Grosso e em outros Estados, no passado e em presente recente, pela empresa líder do consórcio querelante e derrotado, porventura envolveram a contratação de mão-de-obra paranaense no seu "grosso", na sua maioria? Foram comprados, para tais obras, materiais de fornecedores do Paraná? A resposta para as duas indagações é não!

O que se nota, na querela tão onerosa à vida paranaense - e para cuja solução todos estamos a pagar um preço impossível de avaliar ainda -, é que a líder do consórcio derrotado e contestador adotou postura semelhante à que agora observamos, em fatos recentes. A saber: participou na construção da Estrada de Ferro Central do Paraná e depois entrou na Justiça, contra a mesma; contratou obras com a Companhia Vale do Rio Doce e, em seguida, acionou-a; no momento, aciona a SANEPAR; acaba de entrar com recurso contra a PETROBRÁS, envolvendo obra no Porto de Aracaju e contra a ELETROPAULO, em São Paulo.

É o caminho da contestação pura e simples em substituição da eficiência técnica; esta parece ser a mais lógica das deduções.

Mas, o paranismo que defendemos comporta uma visão ampla. Passa, em primeiro lugar, pelo respeito e acatamento a uma ordem institucional, a parâmetros e balizamentos técnicos como aqueles definidos pela COPEL na insuspeita concorrência de Segredo. Passa, também pela clareza - pela linear evidência - de compreender que o consórcio vencedor da concorrência participa com mais de 30% de empreiteiras paranaenses, tal como estabelecido pelo edital de licitação. É que essas empreiteiras paranaenses, também, e muito legitimamente (porque se mostraram habilitadas para tanto) querem trabalhar, gerar empregos, movimentar a economia do Paraná...

Nossa visão de paranismo, a visão de paranismo do Governo do Estado, da COPEL e daquelas que aceitam o jogo aberto e legal da livre empresa, passa pela compreensão de verdades como essas que agora expomos; e sem emocionalismos, sem distorções do verdadeiro sentido do autêntico paranismo.

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

O paranismo que propugnamos, que o Paraná defende, não pode ser confundido com reserva de mercado, o que contraria o regime democrático, o espírito da livre-iniciativa e fere o espírito da Federação. Assim, nosso paranismo é imbuído de uma larga visão, a da dupla mão: queremos e temos condições de ampliar nossa presença na venda de serviços, transferência de tecnologia e exportação de uma ampla gama de produtos para além das fronteiras. Ora, se essa é uma posição historicamente óbvia - e tão fortemente acentuada nos últimos anos por nossas lideranças empresariais locais -, não há como entender que consideramos agora indesejáveis presenças de grupos econômicos brasileiros que aportam ao nosso Estado, trazendo seu contributo para a ampliação de nossas riquezas.

E, neste ponto, é de todo prudente lembrar, reforçando esta argumentação: a empresa líder do consórcio classificada em quarto e último lugar na concorrência da

Usina de Segredo, oferece-nos, ela mesma, um bom exemplo. Pois, na concorrência da Usina Hidrelétrica de São Simão, Minas Gerais, uma empresa italiana - a Impregillo - foi a vencedora da obra. E sabem os senhores quem participou de obra pública de tão grande vulto, como consorciada minoritária da Impregillo? Foi justamente a C.R. Almeida que agora vai à Justiça, na tentativa de embargar - fato nunca antes registrado nos trinta anos de existência da COPEL - a concorrência da Usina de Segredo.

No episódio da Usina Hidrelétrica de São Simão, de que se beneficiou a empresa paranaense C.R. Almeida, é forçoso recordar que a Construtora Mendes Júnior reagiu com argumentos mineiristas, com o mineirismo. E a reação observada, então, no Paraná, foi imediatamente - de forma alissonante - contra os regionalismos. No que estava absolutamente certo.

Estranha-se, pois, que a mesma empresa paranaense, beneficiada em São Simão, numa obra mineira, use, agora, de argumentos paranistas, justamente contra os interesses do Paraná.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É de comezinho princípio de lógica que o paranismo agora levantado poderá se constituir em bumerangue de consequências imprevisíveis para o Paraná, na medida em que tenta formar um espírito regionalista que só tem validade dentro do Paraná. Um princípio de regionalista que, se prosperar, mais cedo ou mais tarde, será entrave para a ação de empreiteiras paranaenses que se habilitam a obras públicas fora do Paraná. E neste aspecto, estejamos certos, é preciso ter os olhos voltados para o futuro, e as danosas e irreversíveis consequências de que poderemos nos lamentar um dia, se criar raízes esta tese regionalista ambígua. Um regionalismo de acórdãos do Supremo Tribunal Federal já derrotaram, mas cujos contornos e atalhos poderão, a qualquer momento, tal como agora acontece aqui, criar danos irreparáveis à economia do Brasil, ferindo o espírito federativo e o espírito da livre iniciativa.

Mas, é preciso, por indeclinável dever de justiça, que alguns pontos mais sejam lembrados e registrados nos Anais desta Assembléia Legislativa: a empresa paranaense líder do consórcio classificada em último lugar na obra da Usina de Segredo, tão somente no início do Governo José Richa, mudou sua sede do Rio de Janeiro para Curitiba. Mudou-se para cá e aqui concorreu, livremente, sem encontrar barreiras, sem contestar, vencendo inúmeras concorrências públicas do Governo Estadual. Apenas no Departamento de Estradas de Rodagem - DER -, por exemplo, o grupo C.R. Almeida conseguiu, nos últimos últimos quatro

anos, faturar e/ou ter em carteira o equivalente a 6,6 milhões de OTN's, o que significa uma vez e meia o valor da obra que acaba de ser licitada e cuja decisão agora a empresa contesta. Contesta como que de forma orquestrada, ao mesmo tempo em que assim age com relação a diversas outras obras públicas em que foi derrotada, em vários pontos do País.

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Como não é de nosso interesse polemizar, nem nossa intenção retornar a esta tribuna para enfocar o mesmo tema, mas exclusivamente colocar-nos em defesa do Paraná, suas instituições e sua gente, anexamos a esta manifestação a relação de algumas obras executadas pelo grupo C. R. Almeida fora do Paraná; relação detalhada, ampla dos valores das últimas obras conquistadas pela mesma empresa fora do Estado e também a relação das concorrências ganhas pela C.R. Almeida pelo mesmo critério que hoje ela contesta, paradoxalmente.

E assim o fazemos, ao completar esta nossa explanação, com o interesse básico de que nos Anais desta Casa fiquem consignados elementos seguros, fortes argumentos para a avaliação dos homens que querem discenir a verdade da tergiversação, o interesse grupal do interesse comunitário. Com este gesto, por último - mas não menos importante - entregamos ao juízo dos Senhores Deputados, ao juízo da História, fatos concretos para uma avaliação madura, em busca da verdade, pois, só ela liberta, separando o joio do trigo porque é uma e indivisível. E com a verdade ora exposta, absolutamente paranista - um lúdim exemplo de paranismo, na medida em que se defende a lisura e honradez de uma administração acima de quaisquer suspeitas -, deixamos consignados dados irretorquíveis que suplantam as palavras. Deixamos, pois, o registro de fatos para a História, escritos na inteireza da ciência exata da matemática, dos números. Eles nos apontam que os que se colocam, hoje, como vítimas, recorrendo ao rico filão do paranismo, - distorcido e extremamente perigosos para o futuro próximo de empresas paranaenses que queiram se habilitar à venda de seus serviços ou produtos em outros Estados - na verdade têm sido generosamente aquinhoados, com obras, neste e em outros Estados, no atual e em governos passados.

Esta é a verdade que fica. A verdade escrita numa farta documentação que se espera será judiciosamente examinada por todos os que queiram, por fim, formar correta em torno dessa pendência. Um juízo que exige bem mais do que palavras soltas e aleivosivas. Porque as palavras voam. A verdade, escrita na História, esta fica. E é ela que nos interessa e tem sido o melhor substrato para fazer deste Paraná um

Estado de todas as gentes. E por saber discenir o autêntico paranismo de meras questiúnculas pessoais - aquelas geradas por interesses contrafeitos -, fez-se grande, maduro, um Estado ímpar no concerto da Nação.

OBRAS DIVERSAS EXECUTADAS PELA
C.R. ALMEIDA, EM OUTROS ESTADOS

Usina de Curuaúna - Pará
CELPA - Centrais Elétricas do Paraná S.A.
E.F. Ponta da Madeira - CARAJÁS (parte) - Maranhão
CIA. VALE DO RIO DOCE.
Rodovia dos Bandeirantes (parte) - São Paulo
DERSA - Desenvolvimento Rodoviário S.A.
Rodovia Porto Alegre - Osória (parte) - Rio Grande do Sul
DNER
Rodovia Cuiabá - Porto Velho (parte) - Rondônia
DNER
Trem Metropolitano de Porto Alegre - Rio Grande do Sul
TRENSURB
Rodovia Rio-Santos/BR-101 (parte) - São Paulo/Rio de Janeiro
DNER
Molhes de Abrigo do Porto de Barra do Riocho - Espírito Santo
PORTOCEL
Canal Pereira Barreto - São Paulo
CESP
Terminal Marítimo da Baía de Ilha Grande - COTEGIB - Rio de Janeiro
PETROBRÁS
Oleoduto Angra dos Reis - Duque de Caxias - Rio de Janeiro
PETROBRÁS
Edifício-Sede da Eletrosul - Santa Catarina
ELETROSUL
Núcleos Habitacionais - Sull Brasil
COHAB's

ALGUMA OBRAS CONTRATADAS RECENTEMENTE
PELA C. R. ALMEIDA
EM OUTROS ESTADOS

OBRAS	VALORES EM US\$
SÃO PAULO (DERSA)	
Rodovia Cubatão-Guarujá (26Km)	28.000.000
MARANHÃO (DER)	
888 Km de implantação básica de estradas-252 Km de pavimentação de estradas	108.000.000
PARÁ (DNER)	
Rodovia 010-PA (94Km) recuperação	17.000.000
TOTAL	153.000.000

CONCORRÊNCIAS GANHAS PELA CRASA
PELO CRITÉRIO DE NOTA TÉCNICA
E PREÇO ESTIPULADO PELO ÓRGÃO LICITANTE

OBRAS	VALORES EM US\$
CANAL PEREIRA BARRETO - SP.	
CESP em execução	87.000.000
VIA DOS BANDEIRANTES - SP	
LOTE IV DERSA ago/76 a set/78	33.000.000
LOTE 17 - CIEP's - RJ fevereiro/86	11.000.000
BARRAGEM PIRAQUARA - PR SANEPAR jan/78 a set/79	30.000.000
TOTAL	161.000.000

VALORES CONTRATADOS E/OU FATURADOS PELA
C.R. ALMEIDA/EBEC NO D.E.R.,
NO PERÍODO DE 1983/86.

OBRA	VALOR ORTN
VENTANIA-CURIÚVA**	1.029.779
PIRAÍ DO SUL-VENTANIA**	503.021
PIRAÍ DO SUL-SÃO JERÔNIMO DA SERRA**	596.927
PATO BRANCO-ITAJEJARA D'OESTE	309.836
PALMAS-MANGUEIRINHA L1	537.219
PALMAS-MANGUEIRINHA L2	521.710
ENTR.PR 092-ALM.TAMANDARÉ	459.098
ENÉAS MARQUES-SALTO DO LONTRA	519.071
SUB-TOTAL	4.476.661
PALMAS-BR 153*	946.738
ALEXANDRA-MATINHOS*	1.220.000
TOTAL	6.643.399

* Em contratação.
** Contrato em dez/82.
Ordem de Serviço em 83.

OUTRAS OBRAS - DER-SC
RODOVIA : SC-425
Trecho : Índios - Otacílio Costa
Extensão: 36,000 Km

RODOVIA : SC-466
Trecho : Itá - Seara
Extensão: 24,000 Km

RODOVIA : SC-283
Trecho : Concórdia - Seara
Extensão: 52,000 Km

RODOVIA : SC-22
Trecho : Guatambu - São Carlos
Extensão: 18,000 Km

RODOVIA : SC-22
Trecho : Seara - Chapecó
Extensão: 42,000 Km

RODOVIA : BR-470
Trecho : Campos Novos - Divisa RS
Extensão: 41,000 Km RODOVIA : SC-53
Trecho : Uruguai - Encruzo
Extensão: 20,000 Km

RODOVIA : SC-14
Trecho : Joaçaba - Volta Grande
Extensão: 68,000 Km

RODOVIA : BR-282 SC
Trecho : Herval Velho - Joaçaba
Extensão: 15,000 Km

RODOVIA : SC-14
Trecho : Tangará - Videira
Extensão: 24,000 Km

RODOVIA : SC-148
Trecho : Km 30 e 50 do Caminho do Mar
Extensão: 20,000 Km

OUTRAS OBRAS - DER-SP
RODOVIA : SP-334
Trecho : Ribeirão Preto - Batatais
Extensão: 35,000 Km

RODOVIA : SP-225
Trecho : Dois Córregos-Guarapuã
Extensão: 16,500 Km

RODOVIA : SP-333
Trecho : Ribeirão Preto - Sertãozinho
Extensão: 20,000 Km

RODOVIA : SP-338
Trecho : Altinópolis - Cajuru
Extensão: 26,000 Km

RODOVIA : SP-330
Trecho : Via Anhanguera-Km 275 a 294
Extensão: 19,000 Km

RODOVIA : SP-321
Trecho : Tambaú - Santa Rosa do Viterbo
Extensão: 29,622 Km

RODOVIA : SP-330
Trecho : Itupeva - Igarapava
Extensão: 60,30 Km

OUTRAS OBRAS - DNER
RODOVIA : BR-290
Trecho : Entroncamento BR-116 - Entronca-
mento BR-153
Extensão: 42,500 Km

RODOVIA : BR-153 (BELÉM-BRASÍLIA)

Trecho : Santa Maria - Porangatu
Extensão: 107,400Km RODOVIA : BR-010 (BE-
LÉM-BRASÍLIA)

Trecho : Santa Maria - Porangatu
Extensão: 60,000 Km

RODOVIA : BR-153

Trecho : Erechim - Rio Uruguai
Extensão: 53,300 Km

RODOVIA : BR-116

Trecho : São Paulo - Registro
Extensão: 40,000 Km

OUTRAS OBRAS

ÓRGÃO : CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO PARANÁ

Serviço : Construção da Central de Abastecimento de Curitiba

Área Construída: 64.740m²

ÓRGÃO : MINISTÉRIO DO EXERCÍTO

Serviço : Execução de Túneis

Ferrovia: EF-491

Trecho : Passo Fundo - Roca Salles

Extensão: 983 m

ÓRGÃO : MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

Local : Base Aérea de Canoas/RS

Serviço : Pavimentação em placas de concreto e concreto asfáltico

PRINCIPAIS OBRAS EM EXECUÇÃO

RODOVIA : BR-476 - LAPA - SÃO MATEUS

Proprietário: Departamento Nacional de Estradas de Rodagem

Extensão: 48,520 Km

Serviços a executar: Reforço e restauração do pavimento existente

RODOVIA : BR-101 - Km265,3 - Km368,4

Proprietário: Departamento Nacional de Estradas de Rodagem

Extensão: 103,100 Km

Serviços a executar: Reforço e restauração do pavimento existente

RODOVIA : BR-280 - PORTO UNIÃO - CANOINHAS

Contratante: Departamento de Estradas de Rodagem de Santa Catarina

Extensão: 82,288 Km

Serviços a executar: Pavimentação em concreto betuminoso

RODOVIA : BR-156 - MACAPÁ - CALÇOENE

Contratante: Governo Federal do Território do Amapá

Extensão: 127,747 Km

Serviços a executar: Pavimentação em areia asfalto

RODOVIA : RS-640-CACEQUI-SÃO RAFAEL

Proprietário: Departamento Autônomo de Estrada de Rodagem

Extensão: 20,790 Km.

Serviços a executar: pavimentação em tratamento superficial

RODOVIA : RS-241 - SÃO RAFAEL - SÃO FRANCISCO DE ASSIS

Proprietário: Departamento Autônomo de Estrada de Rodagem

Extensão: 41,055 Km

Serviços a executar: Pavimentação em tratamento superficial

RODOVIA : SP-345 - FRANCA - SÃO JOAQUIM DA BARRA

Proprietário: Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo

Extensão: 48,500 Km

Serviços a executar: Pavimentação em tratamento superficial

RODOVIA : SP-595 - ILHA SOLTEIRA - JUPIÁ

Contratante: Companhia Energética de São Paulo

Extensão: 32,000 Km

Serviços a executar: Restauração do pavimento

Senhor Presidente, Senhores Deputados: A Justiça Eleitoral decidiu promover, em todo o País, o recadastramento dos eleitores, no intuito de escoimar possíveis irregularidades e saber o seu "quantum" exato. Pretende, assim impedir fraude nas eleições, ora com títulos múltiplos, ora com eleitores-fantasmas, vindos do Além para votar.

A iniciativa repercutiu no seio do povo, por ser o maior interessado na legitimidade do resultado dos pleitos eleitorais. Quer ter a certeza de que os seus escolhidos sejam os que ocupem os cargos disputados, e não aqueles outros que deles se apossam em razão de falcatruas.

Mas, no Brasil inteiro, terá de ocorrer o recadastramento de muitos milhões de eleitores, havendo quem os estime em mais de cinquenta milhões. Por ser rigoroso, o processo de coleta de dados individuais é lento por sua própria natureza. Em razão disso, a Justiça Eleitoral se preparou para um esforço concentrado nacional, no domingo dia último. Equipes ficaram a postos, a venda de combustível para veículos foi liberada, e a imprensa falada e escrita alertou e orientou a respeito a população.

Não houve, entretanto, o fagueiro resultado que se esperava. Há alguns dias que tem chovido abundantemente, no Paraná, e em outros Estados. Essas chuvas estão dificultando o acesso dos eleitores aos postos de recadastramento. Todo mundo trabalha durante a semana, e, no domingo dia último, quando o dever cívico poderia ser cumprido, eis que quase ninguém pôde sair de casa, mormente os que dependem de

transporte coletivo.

O prazo fixado pelo Tribunal Superior Eleitoral para o encerramento do recadastramento é 30 de maio. Faltam poucos dias.

Não haverá tempo para a conclusão dos trabalhos.

No interesse de todos os brasileiros, natos e naturalizados, urge a prorrogação desse prazo para, no mínimo, mais trinta dias. A prorrogação sugerida não afetará os serviços dos Tribunais Regionais Eleitorais, envolvidos no processo das eleições de 15 de novembro próximo e atenderá aqueles eleitores que moram em longínqua zona rural, os que se encontram enfermos, até hospitalizados, e os que estão viajando para fora do seu município e do seu Estado.

Tendo em conta todos esses fatos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, requeremos que, depois de ouvido o Plenário, seja enviado expediente, telex, ao Senhor Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, no sentido de que o recadastramento eleitoral seja prorrogado, em todo o País, até 30 de junho, a fim de que nenhum eleitor seja prejudicado na atualização do seu título.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Orlando Pessuti, inscrito.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Para tristeza de todos nós, os paranaenses, eu digo isto, os paranaenses porque o Paraná é um Estado eminentemente agropecuário, iniciando agora mais recentemente uma caminhada no campo da industrialização, mas, é ainda hoje um Estado eminentemente agropecuário, e, para tristeza nossa, estamos assistindo e acompanhando com bastante interesse o movimento que os agricultores e os agropecuaristas, portanto, os agropecuaristas deste nosso Estado desenvolvem em somatória como também lideranças agropecuárias de outros Estados, naquilo que chamaram de "o dia nacional do protesto da agricultura".

Esse "dia nacional do protesto da agricultura", que já foi aqui abordado pelo companheiro Sabino Campos, diz respeito a tentativa que, mais uma vez, faz o setor produtivo do meio rural deste País, de chamar a atenção das autoridades constituídas, principalmente aquelas do setor econômico deste País, para as aberrações, eu até diria, que continuam a praticar em cima da agricultura e da pecuária brasileira.

Se no dia 27 de fevereiro este País assistiu com bastante interesse, e, poste-

Curitiba, quarta, em 28.05.86.

riormente implantado que foi, no dia 28 de fevereiro, o Pacote Econômico do Governo Federal, se naquele dia a esperança de muitos era grande, de outros ela era bastante triste e desalentadora.

Isto aconteceu com a suinocultura, e nós já falamos aqui desta tribuna, os suinocultores já estiveram em passeata pelas ruas de Curitiba, no Ministério da Agricultura, no Palácio Iguaçu, e na Secretaria de Estado da Agricultura; os bovinocultores de leite já se manifestaram, e até mesmo o Conselho Estadual de Leite, que foi uma proposição desta Assembleia que se reuniu e colocou a sua oposição, e nós que estamos aqui em Curitiba, estamos assistindo no dia-a-dia, a escassez deste produto nas prateleiras das padarias, panificadoras e supermercados. Se o pacote foi bom para uns, para outros ele foi realmente desalentador.

E acreditava-se que, em função das medidas punitivas que se destinava àqueles que pregavam e empregavam seus recursos na especulação com papéis, que a agricultura fosse realmente o setor mais beneficiado com o pacote.

Tínhamos todos nós esta esperança. Mas, eis que, se não quando, de repente, como diria o bom gaúcho, o Governo Federal em plena safra de trigo que está sendo cultivada, e outros cereais de inverno, vem e muda a regra do jogo. Vem e muda a regra do jogo para pior, para o setor rural, porque antes mal, ou seja lá o que for, o juro da agricultura era de apenas 3% mais a correção monetária.

Correção monetária existia para todos. Era o mal, mas era de todos. Hoje, com o fim da correção monetária, com a instituição do pacote, o juro que era apenas de 3% foi para 10%, num aumento de quase 300%. Realmente peca o Governo Federal quando adota medidas punitivas contra principalmente a agropecuária brasileira; peca o Governo Federal quando, em plena safra, vem e muda as regras do jogo quando uma partida já estava na sua fase de decisão.

Não é justo, portanto, que neste momento fiquemos aqui calados e não levantemos as nossas vozes em apoio ao movimento dos agropecuaristas do Estado do Paraná que, através da nossa OCEPAR, da FAEP, FETAEP, portanto através das cooperativas, sindicatos e de entidades ligadas ao setor do meio rural, estão hoje pelas ruas, estão hoje em operação, eu diria "tartaruga", mostrando ao País todo o seu descontentamento pelas medidas punitivas que o Governo Federal, através de suas lideranças econômicas, adota e coloca mais uma vez em cima da agropecuária brasileira.

Muito obrigado. (Sem revisão do ora-

dor).

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi)- Concedo a palavra ao orador inscrito, Senhor Deputado Odeni Mongruel.

O SR. ODENI MONGRUEL - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

No mês de abril próximo passado foi apresentado um requerimento de autoria do Deputado Antônio Belinati a esta Casa, pedindo providências ao Ministério das Comunicações, ao Gabinete da Casa Civil da Presidência da República, para que fosse apressada a confecção dos novos catálogos telefônicos da Região Metropolitana de Curitiba e do Sul do Paraná, regiões de Ponta Grossa e Guarapuava.

A partir daí encaminhei consulta à TELEPAR no sentido de recolher informações a respeito deste assunto. A companhia passou-me às mãos um conjunto de documentos mostrando todas as etapas seguidas pela TELEPAR no processo licitatório para a escolha de editora de listas telefônicas para o Paraná.

E gostaria aqui de enumerar algumas fases, algumas etapas deste processo constantes do volume que trago em mãos: "A Portaria Ministerial 189, de 20 de outubro de 1983, define que a escolha da editora pode ser feita mediante concorrência pública ou carta-convite, conforme artigo 28"

"Em carta datada de 30 de março de 1983, encaminhada à TELEBRÁS, a TELEPAR manifestou a sua preferência pela concorrência pública. Em seguida a TELEBRÁS enviou cartas às companhias telefônicas definindo a modalidade de carta-convite no dia 17 de abril de 1984. A TELEBRÁS determinou que convidasse pelo menos cinco das dezenove editoras cadastradas. A TELEPAR, a nossa Empresa de Telecomunicações do Paraná, convidou a todos. A Comissão do Julgamento da Licitação emitiu parecer considerando a Editora Brasileira de Catálogos Telefônicos do Brasil S/A- ECTB, a que ofereceu as condições mais vantajosas para a TELEPAR. Algumas editoras apresentaram recurso contra essa decisão, e o recurso foi julgado pelo Ministério das Comunicações que e a decisão da TELEPAR em 23 de agosto de 1985. Uma das editoras entrou na Justiça Comum contra a decisão da TELEPAR e do Ministério das Comunicações. No dia dois de outubro de 1985, o juiz federal indeferiu a medida cautelar proposta contra a TELEPAR, dizendo que a requerente participou da licitação por carta-convite onde não saiu vitoriosa".

Assim sendo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, trago ao conhecimento deste Poder as informações que foram a mim encaminhadas pela TELEPAR, após receber deste

Deputado uma manifestação através de ofício, solicitando que a TELEPAR nos explicasse a respeito deste assunto levantado aqui na Assembléia Legislativa pelo Deputado Antônio Belinati.

Nós cumprimos, com isto, tanto o Deputado que levanta a questão, quanto este Deputado que traz as informações a respeito do assunto, cumprimos o nosso papel, de fiscalizador, principalmente no que diz respeito ao uso do dinheiro público e ao conceito das Empresas Públicas do Paraná.

Espero que com estas informações, esta Casa, com os Deputados que a integram, tenham o conhecimento de como se procedeu com relação ao Edital de Chamamento das Companhias Editoras, dispostas naquela ocasião a elaborarem os referidos catálogos telefônicos.

Tenho o processo solicitado à TELEPAR, em mãos, e o coloco à disposição dos Senhores Companheiros a fim de que verifiquem sobre a lisura dos atos praticados pela TELEPAR, e pela TELEBRÁS, sem que isto traga qualquer nota desabonadora aos dirigentes.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi)- Encerrado o Pequeno Expediente e não havendo oradores inscritos para o Grande Expediente, passa-se ao Horário das Lideranças.

A Mesa consulta à Liderança do PMDB, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. (Declina).

A Mesa consulta à Liderança do PFL, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Jorge Maia Filho.

O SR. JORGE MAIA FILHO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Realiza-se hoje no Paraná, dia de protesto da agricultura, um protesto ao qual temos que nos colocar totalmente favorável aos agricultores.

A nossa posição perante o "pacote econômico" do Governo Federal sempre foi uma posição coerente, de apoio a este "pacote econômico", porém, temos também por obrigação de, nos momentos difíceis alertar, denunciar um mal que este "pacote econômico" vem produzindo à Nação.

O PMDB conseguiu colocar no Ministério da Agricultura, o pior Ministro destes vinte anos, existente no Brasil, o Senhor Iris Rezende, que não tem condições e muito menos força política para, junto ao Conselho Monetário Nacional, trazer aos agricultores uma política sadia para que não sejam lesados nos seus pagamentos de AGF's para que a agricultura seja, na realidade, prestigiada da maneira que tem que ser, neste País.

É lamentável a atuação desse Ministro da Agricultura!

Fica aqui o nosso protesto contra o péssimo desempenho do Senhor Iris Rezende, à frente desse Ministério.

É nossa obrigação também, como partidários da Frente Liberal, como Parlamentar, lançar, hoje, ao Senhor Presidente da República, um alerta, e um alerta muito grave, eis que tivemos conhecimento, hoje, de que foi indicado e será empossado como Ministro da Reforma Agrária o Senhor Prefeito de Cuiabá, Dante de Oliveira!

Nós temos a obrigação de alertar o Governo que, este Ministério está sendo um dos Ministérios mais problemáticos para este país. E, infelizmente, o Senhor Presidente da República indica um cidadão que não teve competência nem mesmo para administrar Prefeitura de Cuiabá, que está sendo uma das piores Prefeituras das Capitais, deste País. Nós sabemos sim, e temos o dever de dizer ao Senhor Presidente que esse Ministério, na realidade precisa de um homem de peso, um homem equilibrado e que tenha conhecimentos agrários. Não um guerrilheiro de MR8 como foi Dante de Oliveira que nada entende de problemas fundiários, nada entende de terras.

Fica aqui o nosso repúdio, mesmo antes de assumir o Ministério o Senhor Dante de Oliveira, porque jogamos na sua incapacidade, porque já temos certeza que este homem irá piorar mais ainda a situação dos latifundiários e minifundiários da Reforma Agrária do País.

Temos um exemplo recente no Paraná, quando o Governo do Senhor José Richa tentou fazer a reforma agrária, e por sua incompetência, tumultuou ainda mais a vida dos "sem-terra", colocando-os à beira das estradas, passando fome, frio, tendo problemas de higiene e de doença. Nós vimos a total incapacidade do Governo José Richa para resolver os problemas da reforma agrária no Paraná.

Mais incompetente que o Governo José Richa, é o Senhor Dante de Oliveira que, infelizmente para este País, assume um Ministério de tanta responsabilidade, um Ministério que deveria ter um homem consciente, maduro, um homem que saiba o que está fazendo, um homem conhecedor dos problemas agrários do País. É lamentável. É lamentável...

O Sr. Tércio Albuquerque - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. JORGE MAIA FILHO - Concedo aparte ao Deputado Tércio Albuquerque.

O Sr. Tércio Albuquerque - Meu caro Deputado Líder do nosso Partido, eu quero parabenizar com Vossa Excelência pelo bri-

lhante discurso que faz nesta tarde em alerta ao Senhor Presidente da República.

Há de entender Vossa Excelência que o Ministério da Agricultura no Brasil está nas mãos do homem que disse que ia fazer da agricultura brasileira um mutirão, mas um mutirão contra o agricultor, o produtor brasileiro, porque Vossa Excelência tem conhecimento profundo que depois que o ex-Governador assumiu o Ministério da Agricultura, este paralizou. Nada mais, nada menos tem feito o Senhor Ministro da Agricultura, Iris Rezende, uma propaganda pessoal sua, mas não tem prestado atenção que os agricultores estão em pé de guerra, os suinocultores, os pecuaristas e os nossos agricultores brasileiros, porque o Ministério não tem e não tem tido a competência de ajudar a agricultura brasileira.

O Paraná que é de uma área produtora e Vossa Excelência deve ter conhecimento aprofundado de que a agricultura na sua região como na minha e de todos os Parlamentares, está em pé de guerra.

Vossa Excelência tem toda a razão de alertar o Presidente da República para que não nomeie mais incompetentes da categoria de Iris Resende.

O SR. JORGE MAIA FILHO - Agradeço o aparte do Deputado Tércio Albuquerque e concedo um aparte ao Deputado Gilberto.

O Sr. Gilberto Carvalho - Deputado Jorge Maia, quero cumprimentar Vossa Excelência pela feliz oportunidade de vir à tribuna hoje, protestar contra essa possível nomeação e segundo eu sei, foi convidado, não sei se já aceitou, mas infeliz desta nossa agricultura que tem um Ministro da Agricultura que nada entende de agricultura. Falou tanto em ajudar o agricultor, falou tanto em reformar e nós não vimos nada. Agora, convida para Ministro um outro que teve a felicidade de apresentar uma Emenda, a das "Diretas Já" e que ficou famoso, mas que nada tem, é vazio e não entende nada de agricultura e se for assumir essa Pasta não sei o que poderá acontecer, porque muito se fala em reforma agrária.

Já ocupei esta tribuna várias vezes, dizendo que antes da reforma agrária, precisa haver a reforma agrícola e com esta embolada que estamos assistindo não sei se sai a reforma agrícola ou a reforma agrária.

Cumprimento Vossa Excelência e espero que o nosso Presidente da República reveja esta posição e olhe com mais seriedade, não pensando em alguém que teve oportunidade de fazer uma grande votação, mas que isto não é o bastante para dirigir uma Pasta tão importante como esta.

O SR. JORGE MAIA FILHO - Agradeço o aparte

de Vossa Excelência. E apenas confirmando tudo o que Vossa Excelência, disse, o problema da agricultura no País é sério. Estamos tendo problemas profundos com os suinocultores; problemas profundos com os pecuaristas; problemas profundos com os agricultores. E o que temos de resposta do Senhor Ministro da Educação e do Senhor Ministro da Fazenda, que o agricultor pretende segurar o seu produto para que tenha melhor preço, então eles ameaçam dizendo que irão importar de outros países...

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Consulta à Liderança do PDT se deseja ocupar o seu horário.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Senhor Presidente, cederei meu horário para o ilustre Deputado Jorge Maia Filho.

O SR. JORGE MAIA FILHO - Agradeço ao Líder do PDT por ceder o horário para que eu possa concluir o meu raciocínio.

O que temos visto, o que temos assistido em todos os órgãos de comunicação, é que quando o pecuarista ameaça em não vender o seu produto ao mercado, vai o Senhor Ministro da Agricultura à televisão, vai o Senhor Ministro Dilson Funaro à televisão, dizendo que se não venderem os produtos, irão importar carne do exterior. Quando o lavrador ameaça segurar seu produto básico, fruto de sua colheita, vem o Senhor Ministro dizer que importará milho, arroz, trigo na quantidade que for necessária.

Na realidade, o que estão fazendo é uma pressão tremenda em cima da agricultura. O que estão na realidade, é acabando com a riqueza natural que este País tem, que é a sua fertilidade; os seus meios de produção. Devemos sim, ser o celeiro do mundo; deixar de fazer demagogia, deixar de fazer ilusionismo para com o povo e fazer o Ministério da Agricultura funcionar neste País. Fazer com que o incompetente Ministro Iris Resende vá perante o Conselho Monetário Nacional e exija melhores condições de via para o nosso lavrador, que faça, urgentemente, uma reforma agrícola neste País, para que possamos também fazer uma reforma agrária consciente neste País.

Desde já duvido que o futuro Ministro Dante de Oliveira seja consciente na feitura da reforma agrária no País. Temos a obrigação, como homens públicos, de gritar em favor dos agricultores; de gritar em favor dos sem-terras, mas que seja tudo feito de uma maneira que os beneficie, e não que sejam jogados para serem executados pelos bancos, para serem executados pelos financeiros, para que percam seus terrenos como vêm perdendo na região do Vale do Ivaí, onde está dando a média de

um leilão por dia de uma propriedade agrícola.

Temos é que ser conscientes em exigir do Governo uma reforma agrária consciente, que não jogue os sem-terras nas ruas, que não coloque os sem-terras nas beiras de estradas, que não provoquem mortes no campo. As mortes e violências nos campos do Brasil são, na realidade, feitas, executadas, pela incompetência da reforma agrária neste País.

Vamos torcer para que dê certo. Mas, deixamos nosso testemunho desde hoje que não acreditamos, de forma alguma, no novo Ministro da Reforma Agrária.

Muito obrigado, Senhor Presidente e Senhores Deputados. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Consulta à Liderança do PDS se fará uso do seu horário.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PTB. Ausente, consulto à Liderança do PCB. Com a palavra, o Sr. Deputado Márcio Almeida.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA - Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Para dizer que não se trata-na nossa visão-de acreditar ou não naqueles que assumem os cargos públicos.

Trata-se mais do que isto, de acreditar na capacidade de luta e de trabalho dos verdadeiros interessados nas mudanças neste País.

Já foi o tempo em que o povo brasileiro e o povo paranaense se deixava levar pela mera prática do discurso.

Mais do que nunca hoje nós representantes de segmentos da população paranaense temos o dever de apoiar a luta legítima dos sindicatos dos trabalhadores rurais do Paraná, dos movimentos dos sem-terras, dos setores urbanos e agrícolas, enfim, de todos aqueles que desejam mais alimentos e menor armamentos.

Inconcebível a situação que hoje o Brasil sustenta de terceiro produtor em armamentos do mundo, enquanto o latifúndio continua graçando pelo nosso País.

Nesta oportunidade, portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, falando em nome do PCB nós queremos aqui reafirmar a nossa posição de julgar impressindível, inadiável as medidas da reforma agrária no País e no Paraná.

Se é verdade o que dizem alguns de que querem um País de "paz social", é bom que se abra os olhos e não se proteja nem dê apoio àqueles que protelam nos gabinetes ou nas votações as medidas voltadas a este fim.

A demissão do Ministro da Reforma Agrária é mais um dado no processo da acumulação de força nos interesses contrários

nas mudanças do campo neste País.

Esperamos que o compromisso do início do Governo da Nova República nenhuma a ser retomado o seu leito natural. O compromisso com a Nação, firmado ainda no período da ditadura que antecedeu não pode sofrer o desgaste como vem sofrendo neste particular.

O nosso compromisso, compromisso do PCB de apoio à transição democrática por entendermos que este caminho aponta como de maior interesse para a população e para a classe trabalhadora, não sofre abalos, mas acrescenta preocupações do dia a dia.

As tentativas que setores especulativos vêm fazendo em busca de desgastar o plano de estabilidade econômica que tem um saldo positivo nesses três meses, pois, inegavelmente se bloqueou o crescimento galopante da inflação, que não só reduzia a zero a capacidade de compra do brasileiro, como mais grave que isso, trazia graves perspectivas de turbulência no processo de transição democrática.

São inúmeras as lideranças da América Latina, não só do Brasil, que apontam a necessidade de uma estabilização econômica, com vistas a contribuir para garantia da transição democrática em vários dos nossos Países Latino Americanos.

Paraguai e Chile passam a cada dia a ser voz isolada num continente que até há poucos anos, tinha pintado de negro a maior parte do seu território.

No entanto. Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, a nossa voz nesta tarde, vem no sentido de reafirmar os compromissos com a reforma agrária que vem demonstrar a preocupação com as tentativas de retrocesso que vêm ocorrendo nas últimas semanas, pressionada pela forte articulação dos setores latifundiários que usam inclusive da violência em certas regiões do País.

Temos convicção que mesmo os setores empresariais com visão democrática, com a visão moderna, não concordam com este tipo de comportamento e com a tentativa de estancar algumas das mudanças essenciais que se processam no País.

Nesta tarde, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, além desse enfoque nós queremos fazer o alerta para o risco de se desenrolar pelo País afora, diante da portaria assinada ontem pelo Sr. Presidente do INAMPS, implantando no País o programa de atenção integral à saúde da mulher, que tem no seu conteúdo as ações do planejamento familiar no enfoque que conta com o nosso endosso, conta com o nosso apoio, pois, não tem a perspectiva controlista dos programas de controle da natalidade ou planejamento familiar entre aspas do passado, como aqui mesmo neste Estado, se firmou pelo Governo passado com a BENFAM,

mas que agora, diante da assinatura desta portaria, correta no nosso entender, reivindicação nossa inclusive dos setores da área da saúde, conseqüentes e comprometidos com a saúde integral da mulher, há muitos anos, mas que vem, pelo que nós já detectamos pela imprensa de ontem e de hoje, querendo se aproveitar de uma iniciativa correta, mas neste bojo, apresentar novamente as suas propostas com cunho controlista, entendendo como é da sua praxe, como vem fazendo no Nordeste, com bastante intensidade, entendendo e usando a mulher brasileira como cobaia para os seus experimentos e sem nenhuma preocupação real com a sua condição de saúde adotando as técnicas e os métodos condenados em qualquer País desenvolvido e minimamente organizado.

A saúde da mulher brasileira, nestes dias desta semana, tem a possibilidade de um avanço significativo no rumo da sua melhoria, se esse programa de fato não fugir do seu trilho original traçado pela portaria do INAMPS. Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

(Assume a Presidência, o Senhor Deputado Antônio Annibelli)

O SR. PRESIDENTE (ANTÔNIO ANNIBELLI) - No Horário da Liderança, consulto o Líder do PL. (Ausente).

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 57 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando licença de suas atribuições como Presidente da Comissão Executiva desta Casa, para tratar de interesses particulares. Inclua-se na Ordem do Dia da próxima sessão.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, com apoio do Senhor Deputado Leônidas Chaves, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei autoria dos Senhores Deputados Nilso Sguarezi e Edgard Pimentel, devidamente apoiado, constante do expediente.

O SR. EDGARD PIMENTEL (Pela Ordem) - Gostaria que Vossa Excelência lesse o texto porquanto o autor desse projeto é o Deputado que vos fala.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Esta Presidência havia anunciado a súmula do projeto que cria o Município de Ibema, com território a ser desmembrado do Município de Catanduvas e divisas do atual Distrito Administrativo.

O SR. EDGARD PIMENTEL - Quero comunicar ao Senhor Presidente, que este assunto já vem sendo, ao longo de dois meses, motivo de discussões e a imprensa já noticiou que eu sou autor dessa proposição, porquanto peço a Vossa Excelência que esta matéria seja colocada em discussão, para que eu possa entrar em entendimento com o Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Esta Presidência está anunciando, como autor, o Deputado Nilso Sguarezi, que necessita de apoio. Se o Deputado Edgard Pimentel desejar assinar o projeto, ele encontra-se sobre a mesa. Os Deputados que apoiam, permaneçam como estão. Apoiado com a assinatura...

O SR. EDGARD PIMENTEL - Requeiro votação para essa matéria.
Verificação de "quorum".

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Para tratar desse assunto, Deputado Edgard Pimentel, é apenas apoio.

O SR. EDGARD PIMENTEL - Mas, Senhor Presidente, eu sou autor do projeto. Como é que vou aceitar que um outro apresente o meu projeto, que está na Casa tramitando.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Vossa Excelência requeira verificação de "quorum", lhe cabe. Vossa Excelência tem o direito de requerer verificação de número para prosseguimento da sessão.

O SR. GILBERTO CARVALHO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, parece que está havendo um mal-entendido. O nobre Deputado Edgard Pimentel, está justificando que já apresentou um projeto, no mesmo sentido, há vinte dias atrás. Existe um projeto em tramitação na Casa. Porquanto, não há necessidade desse segundo projeto.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Se realmente existir um projeto anterior a este, o mesmo será anexado ao projeto original.

O SR. EDGARD PIMENTEL - Senhor Presidente, a colocação que eu faço é a seguinte: eu fui procurado pela comunidade, e nós já estamos, inclusive, realizando estudos com o ITC e com o INCRA e de forma alguma va-

mos aceitar que haja esta intromissão indebita de Sua Excelência o Senhor Presidente desta Casa, Deputado Nilso Sguarezi. De forma alguma vamos abrir mão de uma idéia que estamos sendo lesados, porque não, roubados.

O SR. NILSO SGUAREZI (Pela Ordem).

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Antes de dar a palavra pela ordem, eu quero dizer ao Deputado Edgard Pimentel que, se não existe matéria ainda sobre este assunto, cabe direito a qualquer Parlamentar apresentar a primeira matéria.

Concedo a palavra ao Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI - Senhor Presidente, o meu projeto e eu lamento que o nobre Deputado tenha dito que nós pretendemos roubar a idéia. Sou representante de Catanduvas e Ibema. O meu projeto acompanha uma manifestação do Prefeito de Catanduvas, da Câmara de Vereadores que foi, por equívoco, mandada ao Presidente do Tribunal de Justiça. Eu recebi o expediente do Presidente do Tribunal de Justiça que acompanha o meu Projeto. Eu acho que isso esclarece tudo. Nunca pretendi, de maneira alguma e a verdade é que eu reuni a comunidade de Ibema e esta pediu-me que eu apresentasse. Além disso, está a manifestação formal da Câmara de Vereadores, por unanimidade, de Catanduvas, do Prefeito Municipal. E como eu disse, foi endereçado erroneamente ao Tribunal de Justiça, e um dos passos do Presidente do Tribunal de Justiça, foi enviar-me a fim de que, de acordo com a Constituição que é o procedimento da Assembléia, que eu apresentasse o projeto, de modo que eu não estou tirando a idéia de ninguém. Se o nobre Deputado apresentou o projeto, deve ser anexado, o que não pode é pretender cercear um projeto de lei que vem respaldado pelo próprio município a ser desmembrado, é uma manifestação da própria comunidade.

O Sr. Edgard Pimentel (Questão de Ordem) -

O Deputado Nilso Sguarezi coloca que ele não fez reunião nenhuma com a comunidade. Eu morei em Ibema. Eu interpreto realmente o pensamento da comunidade, com a qual eu estive recentemente. A imprensa noticia já há alguns dias de que nós estamos procedendo levantamento. Já estivemos com o ITC e com o INCRA. E queremos efetivamente, como ex-morador, como ex-funcionário daquele grupo que criou a comunidade, aquele distrito administrativo no município de Catanduvas, e também como o Deputado Nilso Sguarezi, tenho autorização da Câmara de Vereadores que aprovou a matéria do Prefeito Municipal da comunidade.

Apenas acho que é um direito que me assiste porquanto ali morei e venho criando esse clima de criar o Município de Ibema há quase dois anos. De forma nenhuma eu vou entender, acho que a minha conduta nesta Casa sempre foi pautada pelo equilíbrio, e certamente vou procurar o Deputado Nilso Sguarezi para nós conversarmos sobre esse assunto, porque se ele é Deputado de Catanduvas, eu também fui o mais votado da nossa sigla, naquele município, e o Distrito de Ibema, certamente o mais votado do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - O projeto está apresentado e Vossa Excelência pode apor a sua assinatura com o apoio do Deputado Edgard Pimentel. Essa Presidência não pode de maneira alguma retirar o projeto da votação a não ser com a aquiescência do autor.

O Sr. Edgard Pimentel - Requeiro a Vossa Excelência que essa matéria seja retirada da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Essa matéria Deputado Edgard Pimentel, está apenas necessitando de apoio dos Senhores Deputados e não pode ser retirada.

O Sr. Fuad Nacli (Pela Ordem) - Nós não disputamos mais essa eleição. Fomos pela terceira e quarta vez, o Deputado mais votado no Município de Catanduvas, Edema e Três Barras; nós damos apoio ao projeto que se encontra em pauta na mesa e vamos pedir anuência ao Deputado Nilso Sguarezi se ele permite a nossa assinatura para ser votado.

O Sr. Edgard Pimentel - Eu requeiro a Vossa Excelência, então, chamada nominal.

O SR. NILSO SGUAREZI - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, se Vossa Excelência conceder-me dois minutos eu conseguirei o apoio e a dispensa da votação em Plenário.

O Sr. Edgard Pimentel - Eu mantenho o pedido de chamada nominal, Vossa Excelência teria que dar preferência à solicitação que eu fiz.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - A chamada nominal não irá implicar no apoio da apresentação do projeto, Senhor Deputado. Esta Presidência defere a chamada nominal.

O Sr. Edgard Pimentel - Mas, eu gostaria, Senhor Presidente, para que eu possa procurar o Deputado Nilso Sguarezi para chegarmos a um denominador comum. Eu acho

que não poderá haver uma briga que venha prejudicar o anseio maior da comunidade de Ibema. Eu acho que essas pecuinha políticas tem que ser colocado acima dos interesses maiores, é o que estou procurando fazer.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Enquanto se faz a chamada nominal Vossa Excelência conversa com o autor do projeto. O Senhor 1.^a Secretário fará a chamada nominal.

O SRA. 1.^a SECRETÁRIA (Amélia Hruschka) - (Faz a chamada nominal).
É interrompida a chamada nominal.

O SR. EDGARD PIMENTEL - Declino à solicitação anterior e peço a suspensão da chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Devidamente apoiado vai à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 18/86, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n. 21/86), que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Cruzeiro do Sul as datas de terras n. 1 e 2, da quadra n. 9, situadas na sede do referido município e registradas sob n. R.002/2.342, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Paranacity. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 25/86, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que dispõe que o servidor inativo do Estado que tenha exercido ou venha a exercer, após aposentado, cargo em Comissão por um período mínimo de 03 (três) anos consecutivos, ou 05 (cinco) anos alternados, terá seus proventos de inatividade revistos, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, emenda de

Plenário de autoria do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA DE PLENÁRIO AO
PROJETO DE LEI N. 25/86

Suprima-se no artigo 1.^a as expressões:

✓ "após aposentado".

Sala das Sessões, em 27 de maio de 1986.

(a) GILBERTO CARVALHO

Apoio: Erondy Silvério,
Ezequias Losso,
Gernote Kirinus e
Amélia Hruschka.

Em votação o projeto, ressalvada a emenda. Aprovado, artigo por artigo.

Emenda - Aprovada.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 27/86, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que declara de utilidade pública a "LOJA MAÇÔNICA MENSAGEIROS DA LUZ", com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 38/86, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato, que denomina "RODOVIA BENTO FERNANDES DIAS", o trecho que liga as cidades de Cianorte, São Lourenço, Araruna e Campo Mourão. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente, solicitando voto de pesar, pelo falecimento do Senhor Esmeraldino Maia de Almeida, ocorrido dia 26 de maio do corrente ano, no Município de Papanduva (SC). Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando voto de pesar, pelo falecimento do Senhor Flávio Cavalcanti, ocorrido no dia 26 de maio do corrente ano. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Esmeraldino Maia Almeida, ocorrido no dia 25 de maio do corrente ano, no Município de Catanduvas. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando a inclusão na Ordem do Dia, do Projeto de Lei n. 114/86, que re-

gulamenta a escolha de sede de comarcas recém criadas. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando o envio de expediente, ao Senhor Secretário da Indústria e do Comércio, encarecendo a inclusão das empresas prestadoras de serviços, junto ao PRO-MICRO. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando o envio de expediente, ao Senhor Governador do Estado, encarecendo a isenção de impostos tipo I.P.I e I.C.M., às Prefeituras Municipais, quando na compra de seus maquinários e veículos. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando o envio de expediente, aos Senhores Ministro do Planejamento, encarecendo que a Caixa Econômica Federal, mantenha-se como instituição consagrada como estabelecimento com atuação voltada no atendimento a todos os segmentos da sociedade. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, ao Senhor Secretário da Cultura e do Esporte, encarecendo raias para provas de natação para a piscina do Guarani Esporte Clube, do Município de Ponta Grossa. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, encarecendo o aumento da cota de combustível, para a Delegacia de Polícia, do Município de Fênix. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente, ao Senhor Secretário da Saúde e Bem-Estar encarecendo a designação de um profissional para prestar atendimento no posto de saúde existente em IV Centenário, Município de Goioerê. Aprovado À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente, a Senhora Secretária da Educação, encarecendo a implantação de um telefone, na Inspeção Estadual de Ensino, no Município de Iretama. Aprovado. À Diretoria Legislativa

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente, ao Secretário da Segurança Pública, enca-

recendo a destinação de uma viatura, devidamente equipada, para a Delegacia de Polícia no Município de Janiópolis. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando envio de expediente, à COHAPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, viabilizando as reais possibilidades de se construir casas populares, no Município de Juranda. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Senhora Diretora-Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo o aumento das remessas de merenda escolar, para o Município de Terra Boa. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n. 92/86, que cria a Secretaria de Estado da Comunicação Social. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Senhora Diretora-Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, viabilizando a destinação de materiais esportivos, para os estabelecimentos de ensino pertencentes à rede estadual do Município de Ubiratã. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente, a Senhora Secretária da Educação, encarecendo a implantação de um gabinete dentário, para prestar atendimento aos estudantes, no Município de Moreira Sales. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente, ao Senhor Ministro do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, encarecendo a liberação de recursos financeiros para a construção de esgoto, no Município de Sertãozinho. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando votos de congratulações à jovem Gisele Tourinho Miró, pela conquista do Título Mundial Juvenil de Tênis, realizado na Itália. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, en-

carecendo apoio na recuperação das estradas de leito natural, existentes no Município de Araruna. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente ao Senhor Presidente da TELEPAR, encarecendo a implantação de novos canais telefônicos, no Distrito Administrativo de Ourilândia, Município de Barbosa Ferraz. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a destinação de maior cota de medicamentos para o Município de Boa Esperança. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo a implantação de um Distrito Judiciário em Sales de Oliveira, Município de Capina da Lagoa. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a liberação de recursos financeiros e apoio técnico, para a pavimentação asfáltica dos acostamentos existentes na perimetral Presidente Tancredo Neves, no Município de Campo Mourão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Senhora Diretora-Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo a destinação de livros para a biblioteca existente na Escola Estadual Arthur Ramos - Ensino de 1.^o Grau, do Município de Engenheiro Beltrão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Sabino Campos, constante do expediente, solicitando o envio de telex aos Senhores Presidente da República e Ministros da Fazenda, Agricultura e Planejamento, encarecendo a imediata revogação das decisões do Conselho Monetário Nacional, no que diz respeito à elevação dos juros do crédito rural e o pagamento parcelado das aquisições do Governo Federal. (AGFs). Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Ministros dos Transportes e Secretário dos Transportes, encarecendo urgência no início das obras para a implantação da Ferrovia da Produção. Aprova-

do. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário da Segurança Pública, encarecendo estudos para a implantação de uma Delegacia de Menores, no Município de Cascavel. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando votos de congratulações ao "Jornal do Estado", pela passagem do primeiro ano da importante Coluna do Estudante. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a pavimentação asfáltica, da estrada que liga o Município de Tapira ao Distrito de Santa Felicidade. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente, ao Senhor Secretário da Agricultura, encarecendo providências junto à COPASA, no sentido da construção de uma unidade armazenadora no Município de Querência do Norte. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário do Interior, encarecendo providências junto à SANEPAR, no sentido da expansão da rede de água até a chácara Jardim Morada do Sol, no Município de Astorga. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, viabilizando o fornecimento de documento de identificação, aos delegados "calças-curtas". **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Agricultura, encarecendo providências junto à Cafe do Paraná, no sentido da instalação de um posto daquela empresa, no Município de Bom Sucesso. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente, ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo o asfaltamento da estrada que liga os Municípios de Tapira e Santa Izabel do Ivaí e a construção da ponte sobre o Rio Ivaí, no mesmo trecho. **Aprovado. À**

Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, encarecendo a designação de uma "blitz" especial para o Município de Campo Mourão. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo reformas no posto de saúde do Município de Fênix. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando votos de congratulações à Associação Comercial e Industrial do Município de Ponta Grossa, pela homenagem prestada ao Grupo IBEMA, com o troféu Destaque Industrial de 1986. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Ministros da Fazenda, Planejamento e Agricultura, Governador do Estado e Secretários da Agricultura e das Finanças, encaminhando cópia de seu pronunciamento. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, encarecendo a criação de uma delegacia de combate à toxicomania, no Município de Maringá. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo seja revista, através da Secretaria das Finanças, a data vigente de isenção de I.C.M., para os taxistas, na aquisição de carros a álcool. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da CELEPAR, por intermédio da Secretaria do Planejamento, encarecendo o encaminhamento, aos Deputados, do levantamento cadastral dos eleitores, após a conclusão do recadastramento eleitoral. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à LBA, encarecendo informações sobre qual o cargo exercido pela Senhora Arlete Vilela Richa e/ou outras informações. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor De-

putado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando o envio de telex, ao Senhor Secretário Especial de Abastecimento e Preços, encarecendo medidas urgentes para a normalização do abastecimento de leite, em todo o País e em especial, no Paraná. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 29, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 18, 25, 27 e 38/86.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei

n.207/84, 19 e 114/86, e do Projeto de Resolução n. 24/86.

DISCUSSÃO ÚNICA - do requerimento do Deputado Nilso Sguarezi, solicitando licença da Presidência deste Poder, para tratar de interesses particulares.

Marca ainda, uma Sessão Extraordinária, para logo após, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n. 173, 194, 290 e 332/85, 03, 07, 09 e 17/86 e dos Projetos de Resolução n. 09, 10 e 11/86.

Levanta-se a sessão.